ESTUDOS PRÉ-HISTÓRICOS

volume 18

Artes Rupestres II

Actas da Mesa-Redonda

Ficha técnica

Título: Actas da II Mesa-Redonda. Artes Rupestres da Pré-história e da Proto-história. Estudo, Conservação e Musealização de Maciços Rochosos e Monumentos Funerários (Porto, Faculdade de Letras, 10, 11 e 12 de Novembro de 2011)

Coordenação: Maria de Jesus Sanches e Domingos Cruz

Design da capa: A. Fernando Barbosa

Maquetagem e paginação: Tiago Gil

Propriedade: Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta. Apartado 50 — 3501-908 Viseu. cepba@sapo.pt

Distribuição (edições em papel):

Livraria Sousa e Almeida, Rua da Fábrica, 40-42 — 4050-245 Porto. geral@sousaealmeida.com

Portico Librerías, Munõz Seca, 6 — 50006 Zaragoza (Espanha). portico@librerias.es

ISBN: 978-972-99352-7-5 | *Suporte:* electrónico | *Formato:* PDF

Ilustração da capa: "máscara" do Abrigo 15 A do Regato das Bouças, Serra de Passos (Mirandela)

Estudos Pré-históricos é uma publicação não periódica vocacionada para a divulgação de estudos e outros textos sobre o património arqueológico e a Pré-história do Centro de Portugal, em particular da região da Beira Interior. É seu objectivo contribuir para o conhecimento da ocupação pré-histórica do território, como também a divulgação e protecção do património arqueológico.

Este volume dos Estudos Pré-históricos foi publicado, em formato digital, em Dezembro de 2016

http://estudospre-historicos.weebly.com

© Autores e Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, 2016

CENTRO DE ESTUDOS PRÉ-HISTÓRICOS DA BEIRA ALTA

ESTUDOS PRÉ-HISTÓRICOS

VOL. XVIII

Actas da II Mesa-Redonda

Artes Rupestres da Pré-história e da Proto-história:

Estudo, Conservação e Musealização de Maciços Rochosos e Monumentos Funerários

Rock Arts of Prehistory and Protohistory:

Study, Heritage Conservation and Musealization of Rock Art Massifs and Funerary Megalithic Monuments

10, 11 e 12 de Novembro de 2011

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Maria de Jesus Sanches | Domingos Cruz

Coordenação / Editors

VISEU

2013

ÍNDICE

Apresentação do volume 11

About this publication

Domingos J. Cruz e Maria de Jesus Sanches

Linhas programáticas da II Mesa Redonda "Artes Rupestres" 13

Programmatic orientations of the second Roundtable "Rock Arts"

Maria de Jesus Sanches e Domingos J. Cruz

Conservar: produzir passado 15

Heritage conservation: the past producing

Susana Jorge

Orientação das vertentes e conservação de arte rupestre: dados meteorológicos preliminares acerca do complexo de arte rupestre ao ar livre do Vale do Côa 19

Slope aspect and rock art conservation: preliminary meteorological data regarding the open-air Coa Valley rock art complex

António Pedro Batarda Fernandes

O Abrigo de Parada, um sítio de arte rupestre do Vale do Sabor (Alfândega da Fé, Bragança, Trás-os-Montes) 41

The Parada Rockshelter, a rock art site in the valley of Sabor (Alfândega da Fé, Bragança, Trás-os--Montes)

Joana Castro Teixeira

Escarpas rochosas e pinturas na Serra de Passos/ Sta Comba (Nordeste de Portugal) 71

Rock Escarpments and its schematic paintings in Passos/Sta Comba Mountain (Northeast of Portugal)

Maria de Jesus Sanches, Pedro Rafael Morais, Joana Castro Teixeira

Fraga da Pena. Architecture of a granitic tor in the 3rd millennium BC 119

Fraga da Pena: arquitectura cosmológica de um maciço rochoso no final do 3º milénio AC

António Carlos Valera

O abrigo da Foz do rio Tua-Alijó (Trás-os-Montes, Portugal). Identificação e estudo preliminar 131

The Foz do Tua rockshelter (Alijó, Trás-os-Montes, Portugal). Archaeological identification and preliminary study

Joana Castro Teixeira, Joana Valdez, Maria de Jesus Sanches

Conservação e valorização de monumentos megalíticos. Da inocência das soluções aos resultados efectivos **141**

Conservation and heritage enhancement of megalithic monuments. From the solution's innocence to the real results

Luís Filipe Coutinho Gomes, João Miguel André Perpétuo, Joaquim Garcia

Patologia do granito: deteriorações, causas e curas **171**

Granite pathology: deteriorations, causes and treatments

Arlindo Begonha

Resultados da primeira campanha de escavação na Anta dos Currais do Galhordas (Castelo de Vide — Centro-Leste de Portugal). Breve síntese **195**

Results of the first season of excavation at Anta dos Currais do Galhordas (Castelo de Vide — Central Eastern Portugal) – An overview

Sérgio Monteiro-Rodrigues

O sítio e a Laje 1 do Castelinho (Cilhades, Felgar, Torre de Moncorvo). Contributos para o conhecimento da II Idade do Ferro em Trás-os-Montes oriental **203**

The Castelinho archaeological site and its engraved slab number 1 (Cilhades, Felgar, Torre de Moncorvo). Contributions to the knowledge of the second Iron Age in Eastearn Trás-os-Montes.

Filipe João C. Santos, Eulália Pinheiro, Fábio Rocha, Jose Sastre

Debates **219**

Discussion

Resumos de comunicações apresentadas e não publicadas **253**

Abstracts of unpublished communications

Guia da visita de estudo **263**

Field trip guide

DEBATES | DISCUSSION[1]

1.ª e 2.ª Sessões: 10 de Novembro | 1st and 2nd sessions: November 10

Objectivos e paradigmas do estudo, conservação, musealização e divulgação de sítios com arte rupestre.

The paradigms and objectives of the study, heritage conservation, musealization and divulgation of Rock Art Massifs

DEBATE DO FINAL DA 1.ª SESSÃO: MANHÃ | 1st SESSION DISCUSSION: MORNING

Moderadores: *Lara Bacelar Alves*

LARA BACELAR ALVES

Este debate vai ser gravado. Começo por aceitar inscrições para perguntas, questões. Foi uma sessão bastante eclética, começou pelo apelo à reflexão sobre a ideia de conservação, depois tivemos duas comunicações sobre conservação da arte rupestre no Vale do Côa, com perspectivas e visões complementares e algo diferenciadas. E uma passagem pela saudosa arte do Guadiana.

MANUEL ROJO

Buenos dias, soy Manuel Rojo, profesor de la Universidad de Valladolid. Queria hacer unas reflexiones a raíz de todo lo que hemos oído esta mañana y creo que son reflexiones complementarias a la vivencia de esta mañana. Y es una reflexión a raíz de, intentando utilizar una expresion eufemística, del tono desencantado que he entendido y percibido en la primera intervención en relación con la restauración o la musealización de Castelo Velho. Y en relación con este tono desencantado que me ha parecido entender o ver, queria preguntar y comentar y sacar a la luz el papel real que juegan los investigadores en los programas de puesta en valor, de dinamización, valorización, de conservación, de restauración, en el caso de que lo jueguen. Que si juegan o no juegan un papel, que si nos hacen caso o no nos hacen caso, de dónde proceden en muchas ocaciones las iniciativas en relación a la conservación, si las iniciativas proceden de los propios investigadores o proceden simplemente de la administración y la administracion no cuenta, en muchas ocasiones, con los investigadores para ese proceso de conservación. Este es um tema, que yo no sé si en Portugal tenéis el mismo problema, en España, en nuestra comunidad autónoma sí que lo tenemos. En muchas ocasiones, los proyectos de puesta en valor son ajenos a los propios investigadores. Proceden, o provienen en cierta medida, de las administraciones y se encargan a empresas en las que, en alguna ocasión, no en todas, el investigador que ha trabajado en cada uno de los yacimientos está prácticamente

[1] Os debates, depois de transcritos, foram enviados aos seus autores para a devida revisão, tendo sido dadas indicações de que os mesmos mantivessem, tanto quanto possível, a oralidade do discurso e não acrescentassem problemáticas que não haviam sido tocadas na sua intervenção oral. Alguns autores, talvez porque os textos dos debates lhes foram enviados em pleno verão, não procederam à revisão. Então, já no início de 2014, quando o volume estava a adquirir a forma final, foram novamente contactados para realizarem essa revisão. Alguns destes últimos autores não nos responderam e, desse modo, a organização assumiu a correcção das gralhas ou erros mais marcantes das suas intervenções e que decorreram sobretudo da má captação do som devido às avarias dos meios técnicos de gravação que ocorreram em dois ou 3 momentos. Também essas avarias são responsáveis pela não gravação de algumas intervenções, ou pela gravação incompleta de outras, facto pelo qual a organização pede desculpas aos intervenientes.

Os debates foram revistos na sua globalidade por Maria de Jesus Sanches.

ausente y se le margina en muchas ocasiones. Yo no sé si aquí hay ese problema o no.

Esta reflexión se complementa con la sorpresa y el encanto que me han producido especialmente las dos intervenciones relativas a Foz Côa. Me han encantado, tengo que felicitaros. A partir de lo que venimos hablando, hemos visto algo que visto desde fuera nos parece um modelo maravilloso, y es el hecho de que la propia conservación del arte de este conjunto espectacular, va a la zaga de la investigación, que es lo que más o menos habéis expuesto aquí. Me parece genial. Me parece que es un camino a seguir. Yo no concibo puesta en valor, conservación, restauración sin investigación; si no existe una investigación es casi imposible que se haga una buena restauración, una buena puesta en valor. Y por lo que veo, la calidad de los investigadores que estáis en Foz Côa me parece extraordinaria. Y sobre todo, me ha gustado todo lo que he oído sobre Siega Verde, perdón, sobre Foz Côa, ya que voy a hablar de Siega Verde un poco. Estos modelos que estáis trabajando, acabáis de decir que son exportables lógicamente, y me gustaría que ahora reflexionéis sobre lo que os voy a preguntar. Si conocéis, vosotros que habéis estado en el entorno de Domingo García, si conocéis Siega Verde, y no se puede comparar Siega Verde con Foz Côa, evidentemente, la dimensión de uno y de otro son completamente distintas; pero ¿Siega Verde es sólo lo que hay o, aplicando vuestro modelo, habría posibilidades reales de encontrar bastante más? Yo pienso que sí. Y lo mismo sobre todo, sobre todo, en Domingo García. Domingo García es un conjunto; el que más se conoce es un pequeño afloramiento, pero hay muchísimos más aislados. Aplicando estos modelos que vosotros habéis visto recientemente, yo estoy convencido que en esta zona hay muchísimo más. Bueno, estoy convencido porque he visto bastantes cosas dispersas, que se podrían probablemente completar. En cualquier caso, os felicito porque lo que he oído de Foz Côa me ha parecido muy bueno. Os felicito.

SUSANA OLIVEIRA JORGE

Em primeiro lugar gostaria de dizer duas coisas: a primeira é de que se eu transmiti algum desencanto, a culpa é minha, mas não tenho qualquer desencanto relativamente ao trabalho que desenvolvi em Castelo Velho e o que eu pretendi foi até dizer qual é o tipo de discurso de conservação que foi implementado em Castelo Velho. Castelo Velho tem um longo processo de investigação, que eu não trouxe aqui, enquanto que as pessoas que trabalharam no Côa, trouxeram momentos e fases da sua investigação sobre o Côa e o António Carlos Silva também trouxe uma história, um historial do contexto político do Alqueva. Eu demiti-me de trazer aqui a longa investigação de 20 anos sobre o sítio de Castelo Velho e apenas falei dum aspecto que eu acho importante: depois de se investigar, quando se pretende apresentar ao público um sítio conservado, há que construir um discurso bem pensado porque a conservação é um processo de comunicação difícil entre os investigadores e os vários tipos de público. E portanto, há que discutir o que nós vamos comunicar e apresentar ao público. Por exemplo, a questão que aqui os meus colegas do Côa apresentaram que é a de que existe uma pré-determinação natural para a gravura, quer Paleolítica quer da Idade do Ferro, e portanto há uma pré-determinação natural para essa gravação. Se aceitarmos isso, a questão que se coloca, obviamente, é como é que vamos passar essa ideia abstracta aos vários públicos. Partindo do princípio que uma parte dos públicos que visitam estes sítios não percebe rigorosamente nada de arte rupestre Pré-histórica ou Proto-histórica, e portanto há aqui um problema de fundo que é como é que nós fazemos passar a informação que temos a partir da investigação. Aqui podemos já discordar relativamente ao tipo de comunicação que temos para passar, que tipo de discurso podemos passar, porque tem a ver com a crença de cada arqueólogo num determinado passado acontecido, que, por sua vez, depois de ter sido acontecido, nós queremos passar ao público de uma determinada maneira. De uma ou de determinadas maneiras... mas não de muitas maneiras alternativas.

Eu penso que as pessoas que se aproximam destes sítios, algo inefáveis (os sítios conservados, são todos um pouco inefáveis para o grande público, não é?) deviam ser introduzidas num espaço prévio — pode ser o museu — que lhes comunique alguma coisa sobre aquilo que vão ver. Ou seja, induzir um pouco o olhar das pessoas, antes de elas chegarem aos sítios arqueológicos, porque normalmente as pessoas chegam aos sítios arqueológicos sem qualquer informação prévia e, muitas vezes, vêem-se um pouco perdidas no meio desses sítios. Mesmo quando os sítios apresentam informação de apoio. Por exemplo, o caso do Côa que eu conheço bastante bem e que visito todos os anos com alunos da FLUP, é um

interessante caso de reflexão. As visitas são orientadas por guias no terreno.

O guia apenas conduz o olhar da pessoa porque é difícil para a maior parte das pessoas ver onde estão as gravuras e portanto o guia vai dizendo aonde estão os contornos das figuras. Isso podia acontecer em qualquer estação de arte rupestre, particularmente de gravuras. Estou a falar de gravuras onde é difícil que o olhar do público compreenda e identifique onde se encontra. Mas depois disso, depois do público saber onde está a gravura, existe um mundo de informação que tem que ser produzida para dar às pessoas, e a maior parte das pessoas não tem formação, nem cultura particularmente especializada. E estou a falar da maior parte das pessoas cultas deste país, que, quando chegam a Foz Côa, não percebem rigorosamente nada do contexto cultural das gravuras. Portanto, há uma ignorância imensa e generalizada sobre este tema... premissa fundamental a ter em conta no trabalho de musealização.

Os arqueólogos devem colmatar a ignorância das pessoas e fornecer-lhes algum prazer na fruição de um sítio público musealizado através dum discurso acessível mas apoiado pela investigação concreta sobre esse mesmo sítio. Tarefa difícil.

MANUEL ROJO

Únicamente he planteado, cuál era la situación en tantos casos como Castelo Velho, u otros que vamos a poder ver mañana en relación con los monumentos megalíticos, porque me consta que los investigadores portugueses participan en su restauración, en algunos casos, pero ¿cuál es la participación real del investigador en la conservación, en la puesta en valor, sobre todo de estas cosas? Simplemente era eso.

LUÍS LUÍS

Bom, em relação ao Côa podemos também falar da nossa experiência. E está aqui o André Santos que poderá falar com maior autoridade acerca do Museu. Mas a experiência que vamos tendo é que foi a investigação arqueológica que fundamentou o discurso transmitido pelos guias. Ou seja, esse discurso para o público foi fundamentado por uma investigação científica, e procuramos que assim continue a ser. O André e o Thierry Aubry poderão falar melhor sobre os conteúdos do Museu, mas foi o discurso da investigação, em termos de arte rupestre e da ocupação humana, que fundamentou a musealização. Com muitos percalços pelo caminho, com muitas dificuldades, mas esse discurso serve de base ao discurso que transmitimos. Obviamente, não o podemos transmitir tal qual o fazemos, tal qual o produzimos. Temos que o transformar para que se torne acessível, eventualmente atraente, ao público que nos visita. Por outro lado, penso que há aqui também aqui um outro perigo que é o de ser o arqueólogo sozinho a fazer isso, não tendo formação específica na área. Eventualmente pode ter uma apetência ou qualidades inatas para isso. Mas penso que o arqueólogo tem que fundamentar o discurso. A forma de o transmitir deverá ser escolhida em colaboração com outros, que têm conhecimentos específicos para o fazerem. Acho que terá de haver sempre este diálogo. Certamente aqui em Portugal também temos muitos casos onde o arqueólogo que investigou, ou que investiga, não é chamado para qualquer tipo de valorização ou de preservação. No Vale do Côa, com os defeitos todos que temos, tem sido esse o esforço que se tem feito e que se continua a fazer, no domínio dos guias, no domínio do discurso que está patente no Museu, no domínio das oficinas pedagógicas que se realizam — que não se fazem porque sim. O que apresentamos, quando se fala do talhe aos alunos que nos visitam, é baseado na investigação que o Thierry realiza. Caso contrário, caímos nas "Disneylândias", nos "Museus do Pão", que podem atrair muita gente, mas são de plástico e sem base genuína.

Em relação à segunda questão, se este modelo preditivo que apresentámos poderá ser exportável. Eu primeiro pegava numa questão que o António Carlos Silva referiu e que se aplica na perfeição ao Vale do Côa e à arte paleolítica ao ar livre em geral. Nós só vemos aquilo que estamos preparados para ver. No Vale do Côa falava-se em "pedras tatuadas", mas nunca ninguém tinha visto nada porque, aparentemente, não havia arte paleolítica ao ar livre. Bom, já havia o cavalo de Mazouco, que a professora Susana Oliveira Jorge copublicou nos anos 80, Domingo García, Fornols-Haut, que eram então postas em causa, ou vistas

como excepções. E de repente, encontramos o Côa e começamos a encontrar outras coisas, encontramos o Sabor... Siega Verde ainda se encontrou um pouquinho antes do Côa. Em Portugal, desde o Alqueva até ao Alto Sabor temos uma série de sítios. Isto prova que só encontramos aquilo que conseguimos ver. Há um exemplo que gosto de lembrar que é a Fraga Escrevida. Nos inícios do século, o Abade Baçal publicou a Fraga Escrevida, que é um painel com cruciformes. Aquilo foi publicado com as cruzes (talvez por ser abade — isto é uma provocação — só viu as cruzes). Entretanto, já depois da descoberta da arte do Côa, um arqueólogo, o Mário Reis (que na altura estava na extensão de Macedo) volta ao painel e vai encontrar os auroques por baixo dessas cruzes. Aquele painel já tinha sido visto e publicado. Só que o Abade do Baçal não viu aquilo que não estava preparado para ver. E por isso acredito que muito mais arte paleolítica ao ar livre aparecerá. Agora, em termos de modelo, este modelo que apresentamos serve para o Côa, não serve para outros sítios. Todo o modelo preditivo tem de partir da realidade de um determinado sítio. Agora, esta metodologia pode ser reproduzida e pode-nos levar a outros achados, e acredito que vamos continuar a encontrar mais coisas.

MARIA DE JESUS SANCHES

Eu queria fazer algumas observações e ao mesmo tempo lançar umas perguntas. Quando uma pessoa anda pela "rua" e vai por aí pelo "meio" de outras gentes, e lhe ocorre dizer, ou se deduz que se é arqueóloga, a primeira pergunta que me fazem é: Ah! Então conhece o Côa?! — Pois conheço.

— Eu também já lá fui. Eu gostei muito do Museu. Agora eu entendi o que é. Gostei muito. Adorei aquilo.

O que contrasta com outras pessoas que antes do Museu criado me diziam: — eu fui lá às rochas, mas batia lá o sol, eu não vi nada, ou vi muito pouco; estava muito calor, [ou] estava sombra, [ou] o caminho era comprido... enfim, tinham um discurso vago sobre o objecto da visita, embora a maioria gostasse do passeio. Portanto, eu que evidentemente não faço estudos sobre as relações do público com os sítios, nem tenho formação em Sociologia, pergunto: uma vez que o Museu já abriu há um ano e pouco, o público que vai ao Museu satisfaz-se só com o Museu? Ou procura também visitar os sítios, as rochas em campo? Isto é, os sítios arqueológicos em si, pois esses estão e felizmente continuam lá também. E, por outro lado, pergunto, o Museu tende a ser considerado um outro sítio arqueológico de maior dimensão? Pois a impressão, muito pessoal, com que fico é que as pessoas tendem a assumir o Museu como o sítio arqueológico "Côa". Estas perguntas também se prendem com uma outra questão que é aquela que o Batarda colocou há bocado que é a da conservação *in situ* dos sítios (mas eu quero referir-me mais aos maciços). Será que a conservação *in situ* pretende ser uma tentativa de "paragem no tempo" desses sítios, ou procura antes o retardamento da sua degradação? Sabemos que, no fundo, e como vimos pelas apresentações, a deontologia nos pede, como arqueólogos, muito mais do que a preservação. Mas na actualidade não é socialmente expectável, por norma, é que façamos intervenções arqueológicas em sítios arqueológicos que terão de ter como objectivo prioritário a sua disponibilização imediata ao público. Isto porque nós, como cidadãos e como profissionais, alinhámos nesta ideia de que a intervenção se faz sobretudo para prolongar a vida material dos sítios, respondemos assim sobretudo a um desejo da sociedade que os quer usar, que quer e sente o direito de ver tudo, de poder consumir tudo agora, no seu presente. Portanto a conservação faz-se para usufruto nosso, do nosso tempo, não é assim? Para o direito de usufruir já e para quanto mais turistas, melhor. Daí que as pessoas de Foz Côa digam frequentemente: não nos deram a barragem mas então nós agora queremos ver como é que "eles" vão trazer aqui os turistas. Estas observações prévias foram feitas para chegar à seguinte questão. Será que vale a pena conservar *in situ* (e manter) uma grande quantidade de sítios? Isto é também um repto aqui para a assembleia; isto é, todos nós, pelo menos os arqueólogos, concordamos que, à sua maneira, cada sítio de qualquer época que seja, tem a sua especificidade histórica, simbólica, arquitectónica, não é assim? Tem a sua valia e, acima de tudo, não é só uma valia científica, mas simbólica, identitária, pelo que, virtualmente, todo o sítio pode vir a ser preservado *in situ*. Mas será viável fazê-lo? A par do valor dos sítios, coloca-se o das paisagens que os integram, e ao mesmo tempo o do território onde as pessoas vivem com os sítios, pessoas que de certo modo também se identificam com eles, ou, pelo menos deles

esperam também usufruir em termos económicos, ou outros. De que modo é que podemos responder as estes anseios quando nós não temos, em termos de lei (na nossa lei do património cultural) uma definição explícita ou uma redacção clara que nos ajude a decidir o que deve ou não ser preservado? E, na realidade, a lei não pode (nem deve...) contemplar todas as situações. É um facto. Podem-se preservar sítios relevantes para a História dum povo, relevantes do ponto de vista arquitectónico, relevantes do ponto de vista cultural, ou do ponto de vista do significado que entretanto ganharam ao longo do tempo entre as comunidades locais ou até nacionais. E, assim, não sendo a lei absolutamente redundante, é da nossa relação de investigadores com o público, dos resultados científicos do nosso estudo que, como disse o Manuel Rojo, somos chamados a responder às pessoas e instituições locais que querem ficar com mais alguma coisa do que um discurso científico divulgado para público cientificamente conhecedor. Já me alonguei muito, mas, em síntese, gostava de ouvir, em primeiro lugar, a opinião do Batarda sobre esta questão da preservação *in situ* dos maciços com arte e de também ouvir discutir mais esta questão do que afinal representa este tão grande investimento que é a preservação dos maciços (por intervenções físicas e químicas) e sua manutenção no território.

ANTÓNIO BATARDA

Bem, são questões complexas, complicadas, vamos ver o que é que eu consigo dizer em relação a isso. Primeiro, não ficou claro (não referi mesmo) mas em relação às alternativas que eu pus no final da minha apresentação... eu estou convencido, eu sei, que a maior parte, a grande maioria dos painéis do Côa, dos seus afloramentos neste momento o que necessitam é de intervenção Zero. Portanto não necessitam de nada. Necessitam de ser acompanhados, monitorizados, e ver como é que evoluem no tempo (não só ao longo da nossa geração, da minha, das que vêm) mas ao longo de um tempo longo de algumas gerações (não de um tempo geológico). Isto na grande maioria. Mas há alguns que precisam de ser intervencionados porque senão perdem-se. Aqui entram essas questões que coloca, realmente.

Preservar para quê? Ou, neste caso, conservar para quem? As duas confundem-se um pouco, preservação, gestão, intervenção directa no objecto, apresentação ao público. Agora vamos intervir numa rocha que depois não mostramos ao público? Eu percebo a pergunta e tem toda a lógica, mas se calhar também não será pedagógico ensinar ao próprio público, nesta sociedade em que vivemos que se calhar não é tudo para consumir? Se calhar também é bom conservarmos *in situ* uma rocha que está em perigo, em perigo evidente, como reserva para as gerações futuras a voltarem a ver, a voltarem a observar. Fala-se muito nas gerações futuras como um pouco o alpha e ómega de tudo o que nós fazemos em arqueologia. É tudo para as gerações futuras, temos de preservar isto para as gerações futuras. É um bocado vago e é um discurso um bocado redondo e auto-justificativo. Mas o que é verdade é que a arte vem de há mais de 20 mil anos, muitas gerações humanas passaram desde que ela foi feita. Algumas apreciaram-na, aquilo caiu no esquecimento e agora ressurgiu e está a ser apreciado. Depois há as questões todas logísticas de como mostrar todo o Côa, ou 50% do Côa, ou 20% do Côa ao público. Não é possível porque a maior parte dos sítios — e nós pretendemos mantê-los mais ou menos assim —, a maior parte dos sítios têm um acesso muito difícil; é muito complicado lá ir, organizar visitas regulares. Quem já foi ao Côa viu que nos sítios que estão abertos ao público a viagem de jipe é algo atribulada (digamos assim), e estes sítios que estão abertos ao público são aqueles que têm caminhos melhores (grosso modo). E assim constituímos também uma reserva de sítios que estão ali, que em termos conservativos não necessitam de nada, estão lá; em termos de gestão são geridos indirectamente, ou seja, tenta-se prevenir que todas as intervenções humanas na paisagem não impactem sobre esses sítios. E portanto é também um bocado essa dimensão pedagógica... É claro que agora com o Museu (que quanto a mim é um casamento feliz entre paisagem, edifício e arte rupestre) temos outra oferta. Porque se a arte rupestre não fosse boa o Museu também não era bom e ali o principal é a arte rupestre. Com o Museu conseguimos (como essa pequena sondagem que faz com as pessoas com quem fala — dirigindo-se a Maria de Jesus Sanches) mostrar muito melhor a arte. E para um certo tipo de público é se calhar contraproducente ir também aos sítios. Estou até a falar de um público mais idoso (porque nós trabalhamos com diversos tipos de público e temos que os considerar todos e eles não são todos iguais, não tem todos as mesmas necessidades, nem os mesmos

constrangimentos; neste caso um grupo de cidadãos mais avançados na idade tem problemas em visitar os sítios). Não sei se fui respondendo ou não, para já não me ocorre mais nada a não ser a uma última observação. Especificamente no caso do Côa, a Professora Susana Oliveira Jorge falou que o Côa é um bocado ignorado ou que se nota uma certa perplexidade nos artistas contemporâneos e em várias pessoas. Lembrei-me imediatamente das palavras de uma ex-ministra da cultura que proferiu que o Côa é uma das jóias desconhecidas de Portugal mas infelizmente proferiu estas palavras após ter deixado de ser ministra.

SUSANA OLIVEIRA JORGE

Toda a gente sabe que aquilo que é preservado resulta de opções políticas, no interior das quais os arqueólogos tem uma mera função instrumental. São os gestores do património e outros políticos que definem quais são os meios alocados à investigação, restauro e musealização.

O Castelo Velho [em Freixo de Numão-Foz Côa] teve dinheiros vários e particularmente foi um projecto político do Luís Calado quando ele era presidente do IPPAR, num contexto preciso que eu não preciso aqui de explicar e que é conhecido publicamente. O Côa foi uma bandeira política de um governo quando ele assumiu o poder e era necessário que essa bandeira política fosse para a frente. Claro que com excelentes razões que os arqueólogos lhes forneceram (pela antiguidade, pelo novo paradigma que o Côa instalava, etc.). Foi uma vitória também da cultura. Os arqueólogos forneceram de mão beijada aos políticos aquilo que eles precisavam para implantar um projecto político! E o Alqueva também sempre foi um projecto político. O António Carlos Silva sabe perfeitamente que o Alqueva é o projecto político que convinha num determinado momento, um projecto político que entroncava, como, aliás, ele disse, em expectativas que vêm desde o Fascismo. E que depois foram integradas pela Democracia após o 25 de Abril, por forças de esquerda no Alentejo, e é um projecto político que, a certa altura, teve o seu caminho.

Portanto, conservar... conserva-se o que os políticos querem e o resto é conversa. Maria de Jesus, sabes isso tão bem como eu... Com a caução dos arqueólogos que estão disponíveis para isso (e eu posso falar por mim): quando me ofereceram meios para eu escavar em Castelo Velho no quadro duma futura musealização eu não disse que não! Portanto, submeti-me ao poder político, sou também uma agente do poder político central.

Eu considero (para responder ao Manuel Rojo) que tenho responsabilidade quase total sobre aquilo que lá está do ponto de vista de musealização de Castelo Velho.

Aquilo que lá está é aquilo que eu quis que lá fosse feito! Podia haver muitas formas de musealizar o Castelo Velho, uma delas (a mais fácil, a mais chamativa) seria repor o edifício do Castelo Velho, repor as paredes *in situ*, e repor a volumetria original das estruturas de Castelo Velho, e as pessoas iriam ver um sítio da Pré-História quase parecido com aquilo que se vê em ruínas romanas.

Era uma forma como outra qualquer de, digamos, chamar mais facilmente um público e fornecer, *in situ*, um discurso simbólico. Um discurso simbólico seria um discurso que qualificaria, no local, as funções o Castelo Velho entre o III milénio e o II milénio A. C. Eu optei por não repor coisa nenhuma, travar apenas a ruína ao nível da base do monumento e deixar para o Centro Interpretativo, mas particularmente para o futuro Museu, que existiria na Vila de Freixo de Numão, a interpretação ou as interpretações alternativas sobre o sítio. Portanto, optei conscientemente por, no sítio, fornecer um discurso, digamos, "em aberto". O sítio foi conservado porque houve meios para o conservar e porque um determinado poder político me deu meios para o conservar por razões que têm a ver com objectivos desse mesmo poder político. É assim em todo lado, não é uma especificidade portuguesa. É uma especificidade mundial... Porque a Arqueologia é uma produção social da modernidade muito politizada. Articula-se com as indústrias do lazer, sobretudo com o turismo, que é a principal indústria mundial.

LARA BACELAR ALVES

Obrigada Susana. Dalila dás-me licença que introduza aqui o direito de resposta para não quebrar muito o ritmo, muito curto. Obrigada.

MARIA DE JESUS SANCHES

Pois eu sei tudo isso. Simplesmente aquela ideia que eu quis aqui lançar é a seguinte (porque estão aqui arqueólogos mais jovens, arqueólogos ligados a Empresas que são neste momento chamados a fazer essa valorização do património): devemos ou não reflectir a sério quando nos dizem: "Olhe, você agora tem dinheiro e faça aí qualquer coisa para empregar esse dinheiro", estando subjacente que aquela terra vai lucrar com essa "qualquer coisa".

Isto é, o sítio até pode ser interessante do ponto de vista da investigação, e nós devemos investir sempre na investigação do local, porque sem investigação não há discurso possível. Mas, num grande número de projectos as instituições locais, e até estatais, até nem querem a investigação. A investigação vem como que por arrasto (nosso). Onde insistem é na divulgação! Claro, no fundo, a minha observação era mais uma chamada de atenção para essas relações complexas entre a necessidade e a disponibilidade, entre os interesses políticos e os interesses da investigação que faz, aliás, parte de toda a nossa vida de investigadores. Dizem-nos, e todos passámos mais ou menos por isso: "Olhe, agora há dinheiro europeu para isto! Há dinheiro para este projecto de arqueologia! Vamos então inventar qualquer coisa para gastar o dinheiro na nossa terra." Ora, com o património nós devemos ter muito cuidado com esses investimentos, porque o património é esgotável, não se renova, e nós quando mexemos nele alteramo-lo grandemente. Não é como comprar um carro, deitar fora o Renault e comprar um Ferrari. É algo que, digamos, pelo menos simbolicamente, tem para nós um outro valor e nós como profissionais (somos precisamente profissionais porque a sociedade nos atribuiu esse estatuto) devemos reflectir no modo como empregamos esse dinheiro mesmo que ele nos chegue do euromilhões, ou assim como que caído de algum lado.

Era só sobre a reflexão necessária a este aspecto da nossa profissão e a insistência no estudo arqueológico dos sítios que eu queria chamar a atenção dos presentes.

DALILA CORREIA

Em primeiro lugar, gostaria de felicitar a Mesa, pois foram excelentes as comunicações a que acabamos de assistir. Antes de colocar a minha questão concreta relacionada com a preservação *in situ*, gostaria de deixar uma reflexão sobre a visitação pública em torno de sítios com Arte Rupestre.

Chamo-me Dalila Correia e trabalho no Parque Arqueológico do Vale do Côa, actualmente a exercer as funções de arqueóloga, licenciada por esta mesma Faculdade, mas anteriormente e desde 1996 até 2004 fui guia do PAVC. Nesse sentido, e perante as questões que aqui foram colocadas relativamente à visitação pública de sítios de arte rupestre sem vigilância e sem visita orientada, gostaria de dizer que conheço de perto as dificuldades e o desafios que é mostrar ao público em geral sítios desta natureza. É imprescindível que durante uma visita se dê de forma rigorosa a informação base necessária, para que a contextualização do sítio permita, por um lado compreender do ponto de vista socioeconómico e cultural o período em que se insere. Na minha opinião, as teorias e hipóteses levantadas para interpretação da arte rupestre, deverão ser abordas com carácter complementar numa fase subsequente de forma a provocar uma reflexão no visitante. E é esta mesma reflexão que o alicia com base nas diferentes hipóteses que pretendem explicar o fenómeno artístico, resultando no fascínio pelos primórdios artísticos da Humanidade.

Em relação às questão da preservação *in situ* do património em grandes empreendimentos hidráulicos como os que se estão a realizar aqui no Norte do País ou como os que foram realizadas no Alqueva, gostaria de trazer para a Mesa a questão da preservação e da monitorização destas intervenções [algumas dos quais agora submersas]. Ora, em empreendimentos desta escala é prevista, e bem, a protecção integral de alguns Elementos Patrimoniais, recorrendo a várias metodologias de consolidação e preservação. Para tal são feitos estudos e implementadas medidas numa base (por vezes) muito experimental, uma vez que a médio-longo prazo não se conhecem os seus resultados. Portanto pergunto: Preservar *in situ* o quê? Quais os critérios para a selecção? Pergunto ainda, se valerá a pena o esforço e os recursos dispendidos aplicados nestes projectos, sem o compromisso por parte dos responsáveis destes empreendimentos, em

monitorizar estes projectos de preservação.

Neste sentido deixo esta reflexão, até na sequência da intervenção de António Carlos Silva acerca do Castelo da Lousa.

ANTÓNIO CARLOS SILVA

Eu vou directamente a este assunto embora tivesse pedido a palavra noutra reflexão. Relativamente à questão do Castelo da Lousa. Eu pessoalmente tive sempre imensas dúvidas sobre aquele projecto. É um projecto idealizado em colaboração com o Delgado Rodrigues, ele foi citado aqui hoje e está na comissão científica e é uma pessoa que [tem experiência na matéria]. Enfim, todos os arqueólogos, já se cruzaram de uma maneira ou outra com as questões da conservação. Relativamente ao Castelo da Lousa as dúvidas eram tão grandes que nós fizemos praticamente sobre esse assunto, um debate público, em Évora (já não sei precisar a data) em que o grande tema presente foi esse: "Vale a pena?"

Tínhamos opiniões, não vou agora citar nomes, muito conceituadas no que diz respeito à Arqueologia Romana, que achavam uma inutilidade o que iríamos ali fazer e que, portanto, achariam muito mais útil que esse dinheiro pudesse ser usado no alargamento da investigação de outras estruturas que iriam ficar de baixo de água. Como devem imaginar, não se escavou tudo no Alqueva. De qualquer modo, mais uma vez a questão política acabou por sobrepor-se. Era um afundamento de um monumento, aliás classificado como Imóvel de Interesse Público, com uma presença de tal ordem evidente do ponto de vista da monumentalidade e da conservação que levanta alguns engulhos e o poder político, neste caso, pendeu um pouco para mais uma vez ir ao encontro do que parecia ser a opinião generalizada. E, de algum modo, mesmo no meio arqueológico, houve colegas que defenderam essa medida. Se ela vai ser eficaz ou não, ninguém o pode garantir. Curiosamente, faz quase uma década que o Castelo da Lousa está debaixo de água. Devo dizer que já antes do projecto do Alqueva, chegou a haver estudos de outras soluções, antes até das obras; foi o único monumento sobre o que chegou a haver, de algum modo, antes do 25 de Abril alguns estudos. Chegou-se a falar numa espécie de contra barragem para que ele ficasse à vista mas a diferença de cota era de tal ordem que essa ideia foi abandonada. Portanto, este ano [2011] em Maio, o Museu da Luz promoveu uma actividade interessante, que foi uma equipa de mergulho altamente especializada (porque o mergulho em barragens parece que tem problemas técnicos complexos); ela fez um mergulho experimental no local, temos as coordenadas exactas, foi fácil lá chegar, [observe-se que] é uma coluna de água de cerca de 30 metros, quando a cota da barragem está no máximo. Andaram a passear em cima daquelas estruturas, deram a volta, e a única coisa que sabemos neste momento é que em 10 anos a estrutura que foi construída, com, enfim, o aconselhamento do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, está preservada e que teoricamente o que está lá por baixo estará preservado. Eu francamente não acredito muito que daqui a 10, 100, 200 anos seja possível repor outra vez o Castelo da Lousa e só isso é que daria sentido àquilo que foi feito, mas enfim... É uma questão que teremos tempo de discutir.

Eu há pouco quando pedi a palavra tinha um pouco a ver com a intervenção da Susana Oliveira Jorge, que não me surpreende. Todos nós arqueólogos ao fim de... e eu realmente [...] estive um pouco naquele interface entre o que será a gestão do Património e a Arqueologia. Nunca abandonei directamente a arqueologia e tive sempre a oportunidade de estar em lugares onde de algum modo foi extremamente útil a experiência arqueológica que [eu] tinha porque também nunca estive noutra coisa que não fosse a gestão do Património, seja o Património Arqueológico, seja o Património mais em geral. E daí essas reflexões, que obviamente se nos colocam, sobretudo com o passar do tempo. Isto é, nós temos a consciência que estamos a construir património permanentemente, estamos a construir (quanto mais não seja) discursos sobre o património, ou mesmo patrimónios. Estamos a levantar paredes, estamos a recuperar coisas que já se perderam, e obviamente que ninguém hoje tem essa ilusão de que estamos ali em contacto directo com o Passado.

Mas, mais ainda...; eu há dias tive uma experiencia um pouco estranha. Moro em Guadalupe, que é uma pequena aldeia alentejana (provavelmente vai deixar de ser freguesia a muito breve trecho porque não tem população suficiente para ser freguesia), onde existem 3 cromeleques a meia hora de distância;

no fundo é onde está o cromeleque nos Almendres ou o conjunto megalítico dos Almendres ou de Vale Maria do Meio, o da Portela de Mogos, a Anta Grande do Zambujeiro, etc., etc., etc. E, infelizmente, todos os monumentos que estão em propriedade privada, onde [por esse motivo] o Estado na última década desistiu [deles], de fazer seja o que for. Eu estou lá desse lado [da aldeia de Guadalupe], sei do que estou a falar. E há poucos dias, foi há uma semana, reunimos um grupo de pessoas da aldeia. Portanto, pessoas, desde trabalhadores rurais até pessoas com diferentes formações que residimos, que somos vizinhos, no sentido de discutirmos o que é que nós podemos fazer sobretudo no caso do cromeleque dos Almendres que é o caso mais grave neste momento, e que também se prende com a arte rupestre pois que vários dos menires estão decorados. E, portanto, foi uma conversa normal entre pessoas no sentido de encontrarmos soluções, de aproveitarmos uma associação local, de tentar negociar — já que o Estado se demitiu e a Câmara também —, de sermos nós vizinhos a discutir com o proprietário do terreno soluções que possam minorar o impacto poderosíssimo que estava a haver. É talvez o sítio arqueológico em que nós talvez possamos falar em turismo de massas, não estou a exagerar; se forem lá ao fim de semana, podem ter experiências aterradoras do que é que se passa. Porque é um sítio [...] em que o Estado investiu nos anos 80. Quando eu digo o Estado, digo também a administração local. Foi sobretudo a nível de restauro, de reconstituição, de acessibilidades, mas onde depois se demitiu pura e simplesmente. Porque é privado, e como é privado não se pode recorrer aos fundos comunitários, e como não há fundos comunitários hoje em dia não há dinheiro para mais nada; quer dizer, a partir de agora já nem há quase nada para os projectos comunitários (é um facto). E reunimos então para isso.

Mas não era isso que eu trazia aqui. A certa altura, falando com as pessoas todas que estavam na mesa [da reunião] — eram uma dezena de pessoas —, há uma delas que me veio com um discurso completamente diferente [dos demais], em que eu fiquei sem palavras. É que para além da realidade em si, para além do discurso que nós fazemos, há o discurso dos outros. Nós os arqueólogos vivemos muito direccionados para o nosso umbigo, esquecemos de que lá fora existe uma realidade... [...] essa pessoa que referi antes, aliás de origem holandesa mas vive ali há muitos anos (vive quase há tantos anos em Guadalupe como eu), é casada com um português portanto tem família ali [tinha uma opinião diferente dos demais]. Para ela o cromeleque do Almendres pura e simplesmente para ela, é um centro de espiritualidade; vim-me a aperceber que o utiliza para isso, [na minha opinião] sem mal nenhum, e sem que daí venha mal ao mundo; pelo contrário. Normalmente são actividades muito mais suaves e ligeiras do que as que lá acontecem, normalmente feitas por outro tipo de turismos, até turismos alternativos. Já houve raves, verdadeiras raves no cromeleque dos Almendres, com música em altos gritos,... acontece de tudo um pouco. Mas ela era alguém para quem o meu discurso simplesmente não colava absolutamente nada e eu não consegui quase dialogar, embora lhe tentasse explicar [o que era aquele sítio]: "Calma lá, mas o que lá está foram os arqueólogos, os meus colegas, que construíram."

- Não, não. Não senhor, aquilo ali passam linhas telúricas, é um local de polarizações magnéticas, pronto. É com um discurso coerente [que argumentamos], mas temos que, de algum modo, tentar compreender e aceitar [o dela]. Que está tanto no seu direito de fazer esse discurso, como nós estamos de fazer o nosso, e portanto, estamos a lidar com uma realidade, às vezes muito mais complexa do que nós podemos imaginar e temos que ter em conta isso quando tomamos as nossas opções do que preservar, do que não preservar, do que vedar ao público ou não.

SUSANA OLIVEIRA JORGE

É uma produção alternativa.

LARA BACELAR ALVES

O que me faz lembrar o livro da Barbara Bender sobre Stonehenge em que ela integra precisamente todos estes discursos. Eu estou um pouco preocupada com o tempo. Temos que encerrar o debate que a cantina fecha às 2 da tarde e a nossa hora de almoço de repente viu-se um pouco mais curta. Retomamos então às 3 horas, com o início da segunda sessão. Obrigada.

DEBATE DO FINAL DA 2.ª SESSÃO: TARDE | 2nd SESSION DISCUSSION: AFTERNOON

Moderadores: *Ramón Fábregas Valcarce; Manuel João Abrunhosa*

RAMÓN FÁBREGAS

Peço antes de nada desculpas aos presentes porque eu tinha que estar acompanhando o meu amigo Manuel Abrunhosa durante as apresentações da manhã, mas o facto é que de Santiago de Compostela é mais rápido chegar à Tunisia que ao Porto. Leva o mesmo tempo, aproximadamente. É uma coisa incrível que igualmente nos fala de alguns dos problemas que tem a Europa e certamente a Península Ibérica, pelo menos na perspectiva dos que nos denominamos Iberistas, e que estamos muito interessados no que acontece com a nação vizinha. Ao longo desta tarde tivemos ocasião de ver toda uma série de comunicações e de conferências de grande interesse. Eu tenho anotada uma ideia que aqui se comentou: "preservar o quê, para quê, ou para quem?" É uma questão que nesta última e vivida apresentação, do Carlos Valera, se acentuou especialmente pela definição, em meu entender, bastante audaz, mas também discutível (no bom sentido do termo, evidentemente), que ele deu. O conceito de Public Archaeology, arqueologia negociada com o público e não como uma espécie de despotismo ilustrado, dirigido de cima e com um discurso científico absolutamente predominante ou avassalador. E bem, esta é uma questão que vem surgindo ao longo destas apresentações e me recorda um pouco uma frase de alguém que não tem nada a ver com o património arqueológico, Frederico II de Prússia, que era bastante guerreiro e que disse: "Aquele que quer defender tudo acaba por perder tudo." É uma questão que se me colocou várias vezes ao ouvir as interessantes contribuições desta tarde; na perspectiva da Galiza, por exemplo, um grande problema da arte rupestre (arte rupestre galega dos petróglifos) é a sua enorme dispersão e a diferente qualidade das distintas estações em si, pelo que haverá que priorizar porque há uma série de interesses em jogo (vivemos no Presente, há interesses no presente). Agora vemos como se podem conciliar, mas nem sempre; vemos como se salvou aquele penedo [Pedra do Bácoro]; em termos de vestígios arqueológicos tinha um interesse algum mas sim motivava, igualmente ao que parece que está sucedendo com Fraga da Pena, um pólo de atracção (atractivo-ideológico), das populações do entorno; e supunha também um referente. E já acabo porque devo dar oportunidade para que o público coloque alguma questão.

ANDRÉ SANTOS

Lembrei-me há bocado de uma coisa que ficou da parte da manhã: a da conservação ser sempre uma opção política. Ora bem, se a gente entender política como uma coisa mais global, quase parte integrante da nossa vida, concordo perfeitamente. Agora, eu acho que ela pode ser independente dos decisores políticos. E temos desde logo o caso do Côa. Ou seja, há um governo que decide pela salvação, mas antes teve que haver uma mobilização, digamos assim, que começou ao nível local, na Escola Secundária de Foz Côa. Passou depois a nível nacional e internacional; e provavelmente se não fosse essa mobilização, essa negociação, que também é a um nível mais global, o Governo Socialista (na altura) não teria feito a opção que fez. Agora ouvimos também, como no caso da Fraga da Pena, a um nível muito mais local e ainda mais, se calhar até de uma forma mais evidente, este caso da *Pedra do Bácoro*; aí houve também uma mobilização; quer dizer, um lado da comunidade impede que o decisor faça o inicialmente programado. A escala da mobilização necessária é que vai variando. Para que a Luso Ponte mudasse a estrada, bastou a mobilização local lá da aldeia de Forno de Algodres enquanto que para salvar o Côa de uma barragem que já estava a ser construída foi preciso o caso do Côa chegar ao Times. Mas isto para dizer que penso que não estamos assim tão, tão dependentes do decisor político. Acho que temos alguma coisa a dizer. Há bocado, também, o António Carlos falava do movimento que está lá a criar em Guadalupe (que é uma terra muito agradável de facto); ora, esperemos que a mobilização dessas pessoas chegue para cumprir o desejado pelo Carlos e pelas outras pessoas que se organizaram nesse movimento. Agora, parece-me de facto que esta ligação com as pessoas pode passar, exactamente, pela democratização dos discursos, não

deixando nós, evidentemente de sermos cientistas. Se a *Pedra do Bácoro* consegue ser parte integrante da identidade das pessoas de uma aldeia, seguramente que outros monumentos (penso eu) mais facilmente o serão. Aliás, em Foz Côa é conhecida a polémica barragem/ gravuras que houve de início entre parte da população; ora, agora em obras que andam lá a fazer já andam a encher os passeios de gravuras, em calçada Portuguesa, a pôr gravuras nos candeeiros, etc. Penso que começa a haver um processo gradual, muito gradual de identificação, digamos, das pessoas com o Património. E nisso, penso que o Museu foi importantíssimo. Tudo isto para não cairmos num excessivo pessimismo, ou não deixarmos tudo nas mãos dos decisores... penso que também podemos fazer alguma coisa.

SUSANA OLIVEIRA JORGE

Eu não acho que seja pessimista, eu sou apenas realista. Em Foz Côa, os vários presidentes da Câmara, ao longo de 20 anos, nunca me apoiaram em coisa nenhuma e eram de vários partidos políticos. Não era necessariamente porque não gostassem de mim.

Também acho, claro, como referiu o António Carlos Valera, que as populações locais são determinantes na protecção dos sítios.

Eu usufrui sempre em Freixo de Numão de uma coisa que dispensa de fazer, digamos, "show off" em Castelo Velho (com todo o respeito por aquilo que está a ser feito em Fraga da Pena, evidentemente), que é o facto do António Sá Coixão estar à frente de uma organização local que tem uma importante componente de salvaguarda e divulgação do património local.

O Castelo Velho, protegido pela Associação Cultural dirigida pelo Sá Coixão, está automaticamente preservado, porque os locais se revêem nos sítios que foram conservados e restaurados. E eles acham que a equipa que lá andou durante 20 anos basicamente é uma extensão do Sá Coixão e, portanto, desse ponto de vista, digamos, estamos protegidos. Mas, como é óbvio, o que o Valera veio aqui dizer é uma outra coisa também que eu não posso deixar passar, até porque ele é o último e eu fui a primeira de manhã. É que ele veio insistir numa tónica que é, evidentemente, a da natureza do discurso. O discurso que preserva é um discurso no presente negociado também com as populações locais. E quando ele diz "negociado" também podemos discutir aqui que tipo de negociação é essa. Relativamente à Fraga da Pena, as pessoas da zona não sabem todos os pormenores, nem isso interessa, sobre a Fraga da Pena. Sabem o geral da Fraga da Pena, provavelmente. As pessoas locais sabem o geral, sabem que é um sítio do passado, eventualmente do III milénio, como aliás, as próprias antas. Ainda recentemente estava numa aula a discutir com os alunos sobre que discurso deve ser passado às pessoas sobre as estações arqueológicas. E, basicamente, o que nós chegamos à conclusão é que, a uma escala muito ampla, podemos dizer que aquilo é, por ex., uma anta que serviu para fazer tumulações. Os seus autores eram populações de agricultores-pastores. Ponto. Porque, se descermos de escala explicativa, a uma escala média e baixa, o discurso é imenso e já não é apreendido, integrado, nem incorporado pelas populações. Mas para nós dizermos que uma anta é isto ou que um recinto é aquilo... também não precisamos de grande investigação, não é? Não sei se me faço entender. Para dizer o que é uma anta não precisamos de fazer uma investigação sobre uma determinada anta com o objectivo de articular a investigação específica com a preservação. Mas mais do que discutir aspectos técnicos da preservação, a preservação deve ser pensada no interior dum discurso a ser passado às populações. Daí que eu acho bastante interessante o que o Valera disse, mas insisto que nós temos que discutir as formas de fazer passar também um discurso científico às populações. Ou seja, não podemos alienar o discurso científico, ou se quiserem, não podemos alienar a informação que resulta da investigação sobre um sítio. Temos que passar o "calvário" da triagem dessa informação, para depois ela ser fornecida, de alguma maneira, às pessoas que visitam, às múltiplas pessoas, às múltiplas identidades que visitam os sítios. E isso é um trabalho, como agora se diz, colossal. Porque é um trabalho que implica muita gente, não só arqueólogos, mas também técnicos de comunicação, evidentemente. Para fazer passar uma boa ideia tem que haver um bom técnico de comunicação em completa sintonia com o arqueólogo. O arqueólogo pode não ser a pessoa indicada para pôr em acção uma boa ideia. Pode fornecer a ideia mas, depois ela tem que ser concretizada por gente que tem experiência nisso. Portanto, passar informação é realmente

um trabalho de equipa que ultrapassa as competências estritamente arqueológicas.

ANTÓNIO CARLOS VALERA

Eu vou começar por algo que deveria ter referido de manhã: a política. A política está em tudo e há que distinguir os decisores políticos da política, até porque se nós vivemos em democracia, se acreditamos nisso, os decisores políticos somos em última instância nós. Mas, de facto, em tudo isto há política. Como é habitual dizer, o património não existe. Não existe como uma qualidade que esteja presente em qualquer objecto ou em qualquer sítio. O que há é um acto de patrimonialização. Há algo em que determinado contexto histórico é valorizado e lhe é atribuído o estatuto de património. Seja formalizado ou não formalizado, o património é uma construção de um determinado momento histórico. Como tal pode não existir e passar a existir. A Fraga da Pena há 20 anos atrás era um barroco, hoje é outra coisa. Como até concebo que possa deixar de existir. Porquê? Porque é efectivamente uma construção histórica e está imbuída de política no seu próprio acto constitutivo. Considerar algo como um elemento patrimonial é um acto político e frequentemente o bem assim valorizado é manipulado ideologicamente. Muitas destas questões, da escolha do Penedo a valorizar à chamada dos arqueólogos, têm a ver com questões de natureza iminentemente social e política de escala local ou regional. Eu trabalhei na Beira Alta numa região que chamou os arqueólogos porque se queria tornar independente: Canas de Senhorim queria deixar de pertencer a Nelas. Então tudo o que pudesse diferenciar Canas de Nelas servia. E a Arqueologia entra em Canas com esse objectivo, que é um objectivo político.

Relativamente à questão que a professora Susana estava a comentar, eu não pretendo, obviamente, dizer que não devemos assumir o nosso discurso científico. Tal como a Susana, eu não o confundo com verdade absoluta. É um discurso que tem as suas referências, relativamente à metodologia de produção e ao seu questionário. O que quero dizer é que, sendo pragmático, esse discurso é actualmente demasiado (chamamos-lhe assim) cinzento para conseguir captar a emoção, algo central para a vivência do Património. A adesão passa muitas vezes por aspectos sensitivos, mais que pelo racionalizado e formalizado. E, sobretudo, temos que ver que tipo de público existe. Se estamos num concelho que é um dos mais deprimidos da Beira Alta, um dos mais pequenos com apenas 5000 habitantes dos quais mais de metade devem ser acima dos 50 anos, uma população que tem um nível de alfabetização baixíssimo, temos, obviamente, que perceber que um discurso estritamente científico dificilmente vai chegar a essas pessoas. Teremos que ser criativos e foi isso que se tentou fazer na Fraga da Pena. É que ela voltasse a ser um centro de congregação de interesses, de identidades, de adesões emocionais, que levassem a que fosse de facto Património. Porque o Património tem que ser socialmente útil, tem que servir e mexer com as pessoas, senão não é Património. Só justifica o dinheiro que nele se gasta se de facto ele for socialmente utilizado. E é nesse sentido que aquelas coisas que estão a ocorrer na Fraga da Pena, e que já não são da minha iniciativa são iniciativas locais, estão a dotar aquele sítio de uma dinâmica que o tem protegido.

MANUEL ROJO

Yo quería hacer dos reflexiones a raíz de todo lo que he oído esta tarde, y una es en relación con la creación continua y dispersa de centros de interpretación. Lo que quiero es que reflexionemos, a lo mejor a la luz de las experiencias que nosotros, por lo menos que yo he tenido en nuestra zona. A raíz de que gastar el dinero fue, durante mucho tiempo, el objetivo uno dentro de las políticas de solidaridad, digamos, europeas, nos llegaron un montón de millones de euros que había que gastar de alguna manera, y se han hecho un montón de centros de interpretación y de aulas arqueológicas. Cada pueblo tiene un aula arqueológica, es un poco lo que decía Ramón antes, cada pueblo tiene una aula arqueológica, tiene unos recorridos y en cada sitio hay un proyecto LEADER o PRODER hecho. Una vez estuve intentando cuantificar el dinero que se han gastado en cursos de formación sobre los recursos culturales de cada entorno, y eran miles de millones lo que nos hemos gastado y el resultado para el empleo ha sido cero, ha sido cero. Continuamente se han estado haciendo cursos de formación, cursos de formación que al año siguiente, o a los cinco años, todas esas personas que habían recibido esos cursos de formación, y que han supuesto

un coste muy alto, están desempleadas. Parte de eso tiene que ver con la situación en la que estamos todos ahora. Y yo creo que nosotros, desde el punto de vista no sólo de arqueólogos sino también como personas responsables de la sociedad que nos toca vivir, y de las generaciones que ha habido detrás de mí, que son generaciónes muertas, y a mí eso me duele, y probablemente tenemos que pensar a lo mejor de otra manera y dejar de pensar como arqueólogos. Es decir, hemos gastado un montón de dinero en formar para nada. La cantidad de dinero que se ha gastado en Castilla y León, que yo conzoco, ha sido ingente para la creación de centros de interpretación, y yo no sé si hay abierto alguno ahora de todos los que se han creado. Digamos que el primero que puede o que tiene que entonar el "mea culpa" soy yo, porque soy una persona muy activa y he estado digamos, he sido promotor de varios proyectos; pero es que la desilusión es enorme cuando ves que están todos absolutamente cerrados. Porque todo ha sido una farsa, en definitiva. Es decir, era un dinero que te venía, y que casi no sabíamos en qué había que gastarlo. En cuanto a los centros de interpretación, había compromisos por parte de las entidades locales, siempre cuando reciben dinero de Europa, de tener ese recurso abierto durante 5 o 10 años. ¡Mentira! Durante 5 o 10 años se abren, no lo recuerdo, en los meses de verano, si consiguen una subvención para tener una persona en el lugar, y abriendo 2 horas o 3 al día y el resto del tiempo está cerrado. Yo no sé cómo está esto en Portugal. Ahora en España, lógicamente, no hay dinero para esto, pero todo lo que nos hemos gastado lo hemos dilapidado. Y la cantidad enorme de centros de interpretación que se han abierto sobre la Edad del Hierro, sobre el Mundo Romano, sobre... no sé, en cualquier sitio, yo creo que eso es algo que realmente debemos racionar. Está desapareciendo el mundo rural, ¡es verdad! En España ya no existe mundo rural. Y claro, el centralizar en este caso es lo mejor... A mí, en principio, no me parece mal la política que se ha llevado, más por una bando que por otro, en Galicia, de hacer grandes centros; en principio no me parecía mal. Claro, tú Ramón, me dirás que hay miles de cosas y que probablemente puede haber una mejor. Pero claro, hay que priorizar, lo que tú decías, hay que priorizar, porque no podemos atender absolutamente a todo. Quería plantear esta reflexion para que me digáis cuál es vuestra opinión, vosotros que estáis en un proceso de hacer muchos centros de interpretación. Pero vamos a valorar un poco la inversión, de si eso se hubiera invertido realmente en investigar dónde estaríamos ahora, dónde habríamos llegado. Y sin embargo, se ha gastado un montón de dinero y el resultado es cero. Yo no conozco ningún curso de formación en recursos culturales locales que haya dado un sólo puesto de trabajo. Por eso, creo que la reflexion, en parte, viene a cuento dentro de lo que es un poco el tema de esta reunión.

Y la segunda cuestión está relacionada con lo hablado esta mañana, con el hecho de que la políticas está en todo. Está en todo. Yo creo que Foz Côa es un ejemplo. Y yo podría dar otro ejemplo en nuestra región: Atapuerca está por encima de la política, y son proyectos que salen frente a los políticos y a los que los políticos se agarran, sin lugar a dudas. Y sobre la musealización sabemos quién hace el estudio, sabemos quién hace la conservación, quiénes lo conservan y para qué; pero la musealización no es para nosotros. Me gustaría comentaros un detalle. Cuando llegué a Soria hace bastante tiempo, al poco me encontré con un señor que había venido desde Barcelona hasta Soria en un arrebato de romanticismo indigenista, españolista, y había ido a ver las ruinas de Numancia y donde había sucedido la epopeya más grande para él, pues era uno de los momentos románticos de la lucha de los indígenas contra el invasor romano. Y me dijo que iba a denunciar a la Junta de Castilla y León porque allí no había nada (esto fue hace algunos años). Allí no había nada, lo único que había era la conservación de las bases de los muros. Hoy pienso que probablemente no denunciaría a la Junta, ¿para qué? Para que intenten crear un disneyworld de las piedras que no entendiemos más que nosotros; porque a cualquiera de nosotros, si a mí me dan una piedra con un par de grabados, "le canto una saeta". Pero claro, eso se lo das al común de los mortales y se quedan con la cara como de plástico. Pero, entre presentar un resto y hacer un disneyworld existe un punto medio. Por ejemplo, en Numancia se ha reconstruido la muralla, una parte pequeña de la muralla que a lo mejor no es absolutamente fiel, pero que es musealización y es para la gente que tiene la imaginación que debemos tener nosotros porque nos ha tocado y porque nos hemo dedicado a eso. Se han reconstruido dos mansiones, dos barrios, en los que se puede ver cómo eran y cómo vivían las gentes del mundo, digamos, castreño en el momento de la romanización. Y bueno, ves algo. Ves algo, es decir, evidentemente la musealización es para llevar un poco más allá a la gente de la ruina, en definitiva, desde

mi punto de vista.

MARIA DE JESUS SANCHES

Já me esqueci da ideia original pela qual pedi o microfone. Mas ainda me lembro da segunda. Talvez até ao final da conversa me lembre do que queria dizer. Uma das questões que queria dizer — passando aqui por cima dos centros interpretativos que no nosso país também há muitos fechados, estão "cerrados también" —, é que estamos normalmente em zonas em que cada vez há mais desemprego para as pessoas, particularmente no interior do país porque não há, digamos, formas de as colocar a desenvolver trabalho considerado útil. Há público [para o Património], há centros interpretativos (alguns bem atractivos) mas não há vontade regional ou local, nem dinheiro para pagar a essas pessoas qualificadas mas desempregadas [arqueólogos, museólogos, etc.] que poderiam desenvolver actividades ligadas a esses centros e às regiões envolventes. Portanto, não há um dinamismo, digamos, local e regional que incentive esse tipo de práticas, porque elas não são sentidas como importantes. Talvez as comunidades que defendem os seus lugares, os seus penedos, os seus geo-monumentos e os seus sítios, se motivadas pela nossa acção de educação patrimonial (porque a nós também nos cabe essa educação), talvez passassem a exigir ter esses guias do património, ou a ter algo de sustentável relativo ao património arqueológico dentro das suas próprias regiões. Não sei. Sou eu a pensar alto.

Eu queria era fazer uma pergunta ao Miguel San Nicolas, que parece que se vai embora agora... Uma pergunta mais de ordem técnica e de gestão que é a seguinte. Eu vi como é que estavam a proteger alguns dos sítios com pintura esquemática dentro do "Arco Mediterrânico". E a minha pergunta é: sendo esse um Património da UNESCO não há outro tipo de acções que são exigidas, como a preservação e a monotorização dos sítios em si? Isto é, como é que vocês vigiam os sítios? Qual é a política que têm para acompanhar os sítios com arte a fim de saberem se ali ocorrem transformações negativas? E como é avaliada a pressão do público sobre os locais que são acessíveis, entre outras questões? Isto é, como é que na prática fazem esse trabalho de vigia e de gestão? Porque, no fundo, todos nós aqui queremos aprender com a experiência feita, com a má experiência, com a boa experiência, com a experiência razoável e não ficou claro para mim como é que eram geridos os maciços, os penhascos com arte, como é que era gerido o público na sua relação com a preservação dos sítios nessa grande região? Afinal é mais de um terço do território da Península Ibérica que tem arte-pintura de tradição esquemática (estou somente a falar daquela mais concentrada geograficamente), de variados tipos formais e compositivos, evidentemente.

MIGUEL SAN NICOLAS DEL TORO

Sí, me parece una pregunta la que usted hace bastante buena. Como hacemos ese seguimiento, no? Cada comunidad autónoma tiene, digamos, su propio modo de gestión. Aunque tienen una coordinación en todas ellas, cada una funciona como puede. Quiero decir, nosotros fuimos capaces, y creo que lo hicimos bastante bien, en conseguir que fuese declarado Patrimonio Mundial. El seguimiento creo que con menos eficacia: faltan recursos, faltan medios, pero sobre todo es que se trata del sitio/organización mundial que es lo que más patrimonio tiene. Es el lugar de la UNESCO que más sitios tiene y la gestión de casi mil doscientos sitios es difícil. De toda formas, hablo por Murcia con una visión quizás un poco critica, porque hemos de cuestionamos a nosotros mismos. La monitorización de los sitios, en algunos lugares se hace, pero muy poco, muy poco.

MARIA DE JESUS SANCHES

Então o que eu pergunto é: vale a pena, é útil, do ponto de vista da gestão, preservação, protecção e valorização, classificar muitos sítios ou paisagens como Património da Humanidade? Isto é, no que respeita ao investimento que se pode fazer num sítio ou região, quem é que lucra com isso? Que mais valias traz? Lucram os investidores locais, algumas vezes as populações locais e regionais em geral, e lucram os visitantes, o que é positivo em todos os casos. Mas, e quanto à preservação no sentido da

manutenção dos sítios e suas periferias e paisagens (sem lixos, sem novos trilhos, etc.?) para usufruto ou contemplação no presente e no futuro? A classificação como Património da Humanidade de um sítio ou paisagem serve, na minha opinião, sobretudo de cartaz turístico. Mas o Património, e particularmente a pintura, tem características muito particulares, é extremamente frágil. Qual é a tua opinião no que diz respeito a esse Património tão frágil, que é a pintura e que é inelutavelmente afectada pela pressão turística? Depois destes anos de classificação da ARTE do ARCO MEDITERRÂNICO, qual é a tua opinião, se é que a podes exprimir aqui, sobre o beneficio, ou não-benefício, digamos assim, para o património em si e para as pessoas que tenha resultado dessa classificação?

MIGUEL SAN NICOLAS DEL TORO

Cuando se declaró Patrimonio Mundial en 1998, una de las razones que nosotros plasmábamos en el documento de UNESCO era que la declaración de Patrimonio Mundial podía servir para dinamizar socialmente a una zona montañosa con una población, digamos, rural poco desarrollada. En esto más de 10 años toda esa parte ha tenido tres factores que han hecho que se desarrolle mucho: uno, el turismo rural que ha experimentado un incremento tremendo. En otro tiempo, cuando hemos sido ricos, ha habido un gran desarrollo de todas esas poblaciones locales dentro de los planes LEADER. Y otra, el Patrimonio Mundial que sí ha servido y ha sido un elemento que va bien vinculado a ese desarrollo. Mencionar a ese turista, ese visitante de calidad que va hacer turismo rural, que demanda un producto auténtico, único y excepcional. Entonces, se trata de un turista o un visitante de calidad que es el que nos interesa, porque ellos van a procurar la conservación y se esta viendo que no hay una sobrepresión, no la hay. De hecho, se han establecido mecanismos de tal forma que, si hubiese un lugar con una presión grande a nivel turístico, lo dejaríamos descansar un tiempo para ofrecer otro alternativo ya que tenemos 1200 sitios que podemos ofrecer. Hay algunos que son realmente excepcionales, pero siempre lo vendemos, siempre ofrecemos la visita en el contexto del paisaje, en el contexto social y trabando mucho con la población local, de la que se habla poco y es importantísimo que esos beneficios culturales y económicos sean, en primer lugar, destinados a la población local. Creemos que es importante.

ANTÓNIO BATARDA

Só *en passant* para responder um bocadinho às perguntas um pouco provocatórias, ainda bem que são assim. Enfim, discutir estas coisas de peito aberto faz bem. Mas em relação às objecções, às perguntas da Professora Jesus Sanches, só me lembrei das palavras já muito batidas mas que se calhar aqui caem bem, de um presidente norte-americano, do Kennedy: "Pergunta não o que o teu país pode fazer por ti mas o que tu podes fazer pelo teu país". Enfim, e assim, neste caso pergunta não aquilo que o Património ou a classificação como Património Mundial pode fazer por ti ou pela tua terra, mas o que tu podes fazer pela tua terra depois de ter sido classificada Património Mundial. Ou mesmo antes, pronto. Enfim, se calhar é uma provocação demasiado politicamente correcta ou incorrecta mas lembrei-me dessas palavras desse presidente norte-americano. Depois queria só fazer duas reflexões relativamente ainda ao papel da preservação do Património na sua relação com o público. Nós pensamos que isto é um problema, se calhar, dos países mais sulistas, mais do Sul da Europa, mais "incultos". Mas eu tive um grande choque ao visitar a arte rupestre de Alta, na Noruega, que é um sítio Património Mundial, também. E eles não querem saber, a população local não quer saber daquilo. Não lhes interessa para nada, rigorosamente nada. Isto na Noruega que é um país com um nível de vida dos mais altos do Mundo, o índice de desenvolvimento humano está lá em cima. Eu assisti a uma experiência penosa que foi a inauguração de uma exposição que foi preparada pelo pessoal do Centro, uma exposição dirigida à comunidade em que apareceram duas pessoas dessa comunidade. Eram mais as pessoas do Centro. Isto é verdade, é rigorosamente verdade, não estou a inventar! Portanto ter uma medida da escala em que falamos e depois também comentar, também *en passant* a comunicação da Sofia e dos colegas, do Lourenço, do Joaquim, do Sabor, que gostei muito.

É claro que o Sabor é um caso completamente diferente do Côa e lembrei-me de uma ideia, de um comentário, que normalmente se ouve muito quando se fala destas questões das barragens e do

património que é submerso pela construção de uma barragem; que é o tempo de vida das barragens. Isto é, têm 100, 200 anos, fala-se em 100 anos de vida útil. Pronto. Depois as barragens são descontinuadas, digamos assim, e o património está lá. Está lá, enfim, primeiro [pergunta-se] quem é que vai fazer com que a barragem volte a deixar correr água, ou deixe de ser um trombo no rio. E depois quem é que vai desassorear a barragem. Porque a expectativa de vida de uma barragem é precisamente dada pelos sedimentos que se depositam. A partir do momento em que os sedimentos são muitos, aquilo obviamente já tem menos água. Portanto, tudo o que for enterrado hoje, tudo o que for submerso vai ficar enterrado e para lá chegarmos daqui a 100 anos, enfim, quem é que o vai pagar? Não sei. Haveria mais coisas a falar do Sabor mas fico-me por aqui.

LOURENÇO ROSA

A única coisa que eu tenho a referir é que obviamente os sedimentos vão impedir o acesso a vários dos elementos que estamos a intervir. Obviamente sobre isso não vamos poder fazer nada. Agora, há de certeza elementos que não vão ficar totalmente cobertos pelos sedimentos, como os que estão por exemplo nas cotas de flutuação (da linha da albufeira), e portanto nessa zona, obviamente, os impactos poderão ser verificados, monitorizados, e as medidas poderão ser verificadas. Em relação aos outros, obviamente, serão questões que não nos cabe a nós falar.

De qualquer forma, se me permitem, gostava de falar da importância... acho que o tema da preservação é um tema interessante e muito importante para a Arqueologia e para a sociedade em geral. E acho que a discussão podia ser realmente alargada a vários campos. E digo isto porque acho que o nosso trabalho, pelo menos o meu trabalho, enquanto técnico de conservação e restauro, acho que se faz porque os bens têm valor, alguém lhes atribui valor, seja de que ordem for, seja quem for. Desde a comunidade científica até à pessoa, por exemplo, um religioso que vai à Igreja, qualquer coisa, valor sentimental, valor devocional, valor religioso, económico, todos os tipos de valor. E acho que é muito importante que, nessa perspectiva, todas as pessoas que intervêm sobre um determinado bem e que estabelecem contacto com ele, sejam ouvidas, porque ao fim ao cabo é da súmula de todos os valores que são atribuídos a um determinado bem, por todas as pessoas que o usufruem, que se constrói o valor global do objecto e é sobre "isso" também que estamos a intervir ou eu considero dessa forma. Não é só o objecto material em si, estamos também a intervir nessas questões mais delicadas e aqui tocamos um bocado naqueles aspectos de que António Valera falou. Mas ali reconstruíram, se calhar, também o valor. O sítio foi valorizado de uma forma que não estava antes e por isso passou a ser preservado porque passou a fazer significado, acho eu, para essas pessoas. Acho que isso é importante, ter a noção do valor que as pessoas dão a determinada "coisa" e que ao fim ao cabo é isso que faz com que se preserve, ou que se justifique essa preservação, ou qualquer outra acção no património.

MANUEL JOÃO ABRUNHOSA

Nós não podemos fazer diálogo porque a sessão está a ser gravada. Não havendo o microfone, não sai nada. Portanto é melhor dar sinal, receber o reconhecimento de que estamos aqui a assinalar a sua intenção de intervir (...) sim, percebemos que seja pertinente mas daqui a bocadinho eu dou-lhe o microfone, ok?

ANTÓNIO CARLOS VALERA

É a minha última intervenção porque eu tenho que sair, tenho um comboio para apanhar. Mas queria reforçar a ideia que Património é valorizar algo como património. Insisto que não existe a qualidade de Património em nada, ela é uma atribuição humana. Agora também é preciso ter consciência que essa valorização, sendo uma questão social, é sujeita a conflito e a diferentes escalas, da local à Universal. O Património no centro do que é a sociologia humana, com todo o seu nível de conflitualidade, porque o património está sempre ao serviço de qualquer coisa. Por mais que se diga que a nossa atitude face ao

património é neutra, ela não o é nunca. Logo o Património também nunca é neutro e daí resulta a sua capacidade de mexer com pessoas e de as levar a fazerem coisas que doutra forma não fariam. Essa força advém de estar no centro das relações humanas, de ser um problema de identidade, e sendo um problema de identidade é necessariamente um problema de conflito.

Agora relativamente à questão dos centros de interpretação, eu acho que a sua proliferação é também um problema de identidade e de afirmação pessoal e bairrista. Todos nós queremos ter o "nosso" centro de interpretação do "nosso" sítio, como todas as Universidades quiseram ter o seu curso de Arqueologia, como quando se ponderou construir para o Europeu de futebol um estádio para o Benfica e para o Sporting a resposta foi "nem pensar!". São decisões que respondem a ambições pessoais e grupais. São questões identitárias, que tornam depois as decisões irracionais do ponto de vista económico e geram estas situações de que se criam coisas para as quais não há sustentabilidade económica. Temos infra-estruturas que se replicam a meia dúzia de quilómetros umas das outras, quando as coisas deviam funcionar em rede. Hoje procura-se, a nível concelhio, identificar "stakeholders" e formas integradas de funcionar para não estar a replicar piscinas, centros de interpretação, feiras do queijo ou outra coisa qualquer. Muitos dos problemas resultam do bairrismo, que tem o seu fundamento identitário na nossa maneira competitiva de estar no mundo. Mas a tendência contrária, a associação, também faz parte das relações de identidade e nela está a solução para muitos problemas. Muito obrigado.

[Há aqui uma parte inicial da intervenção do Hugo Pires que não foi gravada]

HUGO PIRES

[...] Então agora para a gravação. Retiro as pontes do Douro, e digo a linha do Tua, que tem também um século mais ou menos. Que é um elemento patrimonial, seja ele no âmbito que António Carlos Batarda estava a dizer, ou noutro qualquer. Que foi afectado por uma barragem. Portanto as barragens, e essa era só a provocação que eu queria fazer... as barragens daqui a 100 anos, provavelmente terão, ou ser-lhe-á dado um valor patrimonial e, se calhar, estas questões que aqui pomos, [como] se vamos reencontrar o património que vai ficar submerso, se calhar nem tem sentido nessa altura porque a própria barragem será musealizada, imagino.

ANTÓNIO BATARDA

Bem a única diferença que existe entre as barragens que estão a ser construídas hoje e as pontes que foram construídas há 100 anos e o caminho-de-ferro, é este debate que estamos aqui a ter hoje e que não podia ter sido realizado há 100 anos atrás porque não era possível. Portanto temos uma responsabilidade, pronto; se é criada, se é construída pura e simplesmente por nós, se é alimentada pelos políticos, isso é outra matéria a descobrir ou a discutir. Mas temos essa consciência de que queremos preservar o património, podemos discutir sobre a melhor forma de o fazer, se realmente vale a pena ou não. Mas também, para responder com uma provocação à provocação, se calhar daqui a 100 anos não nos precisamos de preocupar com nada de musealização do que é que quer que seja porque se calhar já cá não estamos. Mas se calhar daqui a 100 anos, se estivermos não estamos como estamos aqui hoje. Os nossos filhos, os nossos netos, enfim. E musealização é um conceito que não vai existir, património se calhar, sim; ... bem, não quero ser catastrofista...

ANDRÉ SANTOS

Bom, isto não é provocação nenhuma, mas aquela pergunta que o Batarda agora citou do Kennedy... Eu não concordo nada com isso. Eu acho que a gente deve perguntar não por aquilo que eu posso fazer pelo património, mas aquilo que ele pode fazer por nós. Essa é a pergunta essencial. A questão está, de facto, em colocar o património a trabalhar para nós. O António Carlos Valera falou há bocado que o património tem que ser útil. Eu até digo mais já: a arqueologia tem que ser útil (útil socialmente). Se o

património, ou mesmo a arqueologia, não forem úteis, então para que é que servem? Não servem para nada. Então a pergunta é exactamente essa: o que é que o património pode fazer por mim, por nós, no sentido da comunidade? E um bocado dentro deste contexto, acho que às vezes nós, os pré-historiadores, somos um bocado comichosos. Se ninguém se preocupa com as peças de teatro feitas num teatro romano em Mérida, ou ninguém levanta cabelo se tal ocorrer em Conímbriga, porque é que não se hão-de fazer estas encenações na Fraga da Pena, por exemplo, sobretudo quando o espírito que está por trás dessas encenações tem que ver com a própria interpretação que o arqueólogo fez do sítio? Tem que ver com a identidade e tal... É claro que aqui o limite é a integridade do sítio; pronto, o bom senso é a integridade do sítio. É óbvio que se uma coisa vai começar a pôr o sítio em risco não deverá ser feita. Mas até esse limite o património tem que ser metido ao serviço das populações. Ponto final. Temos que saber o que é que o património pode fazer por nós.

ANTÓNIO HUET BACELAR GONÇALVES

Bom, eu só queria dar o lado da minha expêriencia que é a de que o património tem que ser assimilado, digamos assim, pelas populações locais. E eu vou-vos dar dois casos, duas situações completamente distintas. Vou-vos falar da Anta de Lamoso, aqui nos arredores (do Porto). A Anta de Lamoso, que não tem Centro Interpretativo mas está metida numa zona perfeitamente rural; é uma zona altamente povoada e qualquer pessoa lhe acede (hoje tem sinalização). Mas qualquer pessoa na zona sabe onde está a Anta de Lamoso e sabe de tal maneira que aquilo é importante que vão lá sempre muitas pessoas visitá-la. E inclusivamente o monumento está de pé e a comunidade impediu que a pedra, o chapéu, fosse partido; estão lá ainda as marcas. Vocês vão ao dólmen de Penafiel (Santa Marta) e mal pára um carro (antigamente pelo menos), as senhoras de uma casa ao lado, que, ou estavam a bordar cá fora no Verão, controlando o acesso, ou mal se lhe batia à porta, elas vinham ver. E orientar. E não havia centros interpretativos. De qualquer maneira, isto prova que as pessoas estavam sensibilizadas e nunca houve grandes campanhas de divulgação.

Vamos agora para a situação oposta, para a Serra da Aboboreira. Vítor Oliveira Jorge na missa anual e campal lá da serra, o padre dá-lhe a palavra para explicar às pessoas o que é que os alunos estavam ali a fazer; a Maria de Jesus está aqui de testemunha. Nesse domingo de tarde, estávamos a escavar Outeiro de Ante e também nos pusemos todos ali dentro do cercado da escavação para explicarmos às pessoas o que andávamos a fazer e que sítio era aquele. Posteriormente, fizeram-se colóquios, deram-se explicações em vários locais [do concelho], e surgiu um Museu como resultado dos trabalhos, ao fim de 2 / 3 anos, quando alguns monumentos estavam já cercados e as placas implantadas. Hoje não existe uma única vedação, as placas foram abatidas a tiro pelos caçadores. Portanto as explicações não serviram rigorosamente para nada.

Agora, deixem-me só rematar aqui uma coisa, com a Jesus aqui de testemunha, só para vocês avaliarem. Apesar das nossas campanhas de divulgação, de nos baixarmos do nosso pedestal, como aqui foi dito, e de nos pormos ao nível do entendimento possível daquelas populações que são, naquela zona da serra, muito escassas... E então um belo dia de fim de tarde vinham 3 senhoras da capela (da Sra. da Guia) lá ao longe (viúvas provavelmente), quando nós nos estávamos já a preparar para descer para Baião. Ao passarem e verem aquela juventude e aquela azáfama à volta de um monte de pedras perguntaram o que era e nós, solicitamente, explicámos o melhor que soubemos. Isto [a mamoa e dólmen] era um local onde se faziam aqui enterramentos antigamente e, resposta de uma delas que nos rebentou a todos a rir: "Muito obrigada, meus senhores, muito obrigada. A próxima vez que nós cá viermos nós vamos trazer 3 velinhas para pôr aqui".

ANTÓNIO BATARDA

Só para concordar com o que o André disse, de facto a frase do Kennedy é redonda. Mas o que eu queria dizer era no sentido de uma certa atitude que às vezes se encontra. Encontra-se muito em Foz Côa e daí, talvez, esta minha reacção àquilo que eu disse e também isto está uma bocado reflectido no

que disse o senhor que veio de Murcia (e que já me esqueci do nome, Miguel, não é? Se não me engano... Miguel sim). É classificado pela UNESCO logo imediatamente estamos à espera que chovam milhões e não chovem. E é uma perspectiva um bocado... que nós conhecemos da história de terras do Interior de Portugal, de menor desenvolvimento humano, económico, social, etc., etc. É um bocado aquela atitude de ter a mão estendida, agora o património o que é que vai fazer por nós mesmo. O que é que vai fazer por nós de uma maneira muito material, e portanto são planos muito diferentes isto que nós estamos a falar. Mas pronto! Só para dizer que obviamente concordo com o que o André diz "o que é que o Património pode fazer por nós?"

MARIA DE JESUS SANCHES

Já é um pouco tarde mas o debate está-me a agradar bastante, sobretudo o debate sobre os "nossos discursos correntes". Mas penso que nós, os arqueólogos, fugimos sempre do lado técnico das questões como se isso fosse algo de marginal, e estou a ver que neste debate ninguém toca os aspectos técnicos da preservação ou divulgação em si, pois os da preservação foram mostrados em várias comunicações. Isto é, nós fazemos escavações arqueológicas, cortamos o terreno, desmontamos o terreno, enquanto estamos permanentemente a ter, digamos assim, um questionamento sobre o que estamos a fazer. Somos os tais filósofos que trabalhamos com as mãos, estamos a trabalhar com as mãos e aqui nesta mesa-redonda procuraram-se apresentar, digamos, ideias sobre modos de preservação, também, mas que implicam também atitudes técnicas sobre modos de conservar e de monitorizar (e não estou a apontar o dedo a ninguém em particular, estou a falar no geral). Mas o que é certo é que nós vamos todos sempre fugindo desses problemas (não somos engenheiros...?!!) e na hora em que nos pedem para fazer um trabalho desses — porque a todos no-lo pediram já em algum momento —, e se não pediram, vão pedir, e aí vamos ter de nos perguntar: e com estes materiais quanto tempo é que isto vai durar assim? Quanto tempo é que esta parede vai continuar aqui de pé à intempérie? Esta parede desta casa ou deste castro, quanto tempo vai continuar aqui sem se desmoronar? E então nós aí voltamos a recolocar as questões iniciais que são, por ex.: vamos manter esta parede? E se optamos por a manter (que é uma opção tanto científica, como política), quais são os custos financeiros implicados? Manter acarreta sempre custos. Portanto, nós discutimos a importância científica, estética, arquitectónica e ao fazer opções normalmente não nos preocupamos com a manutenção das estruturas a longo prazo, nem com os custos implicados. Eu acho que devemos verificar como é que as nossas opções implicam custos a longo prazo pois as nossas escolhas têm consequências em certa medida como quaisquer outras..., tal como construir neste momento o TGV ou o túnel do Marão está a ser considerado uma hipoteca para o futuro. Portanto, são as gerações futuras que vão pagar os custos da construção e manutenção. No património cultural também podemos estar aqui a criar encargos para o futuro que poderão não virem a ser viáveis, que podem ser desproporcionados.

A outra questão que eu queria focar, embora não seja bem para terminar, mas antes para dar a minha opinião, é a dos discursos materiais e imateriais da musealização. Os discursos que nós construímos e que queremos fazer passar. Fiquei aqui com a ideia, se calhar errada, de que logo que o que passemos sirva para a população, qualquer coisa serve; logo que sirva qualquer objectivo do presente, por mais anómalo que seja, qualquer coisa serve. Ora, eu acho que nós devíamos pensar muito bem nisto porque, embora como disse a Susana, nós não estejamos preparados nem saibamos fazer marketing, nós temos que controlar o produto da nossa investigação. O discurso que decorre da nossa investigação não pode ser adoptado para outrem fazer passar qualquer mensagem, particularmente uma mensagem discordante com os resultados da nossa pesquisa. Para melhor me entenderem vou dar um exemplo, o da inauguração do Centro Interpretativo do Crasto de Palheiros e do circuito interpretativo do sítio (ocorrido em Junho de 2009). No dia da inauguração cheguei ao sítio com o Ministro da Cultura (na altura tínhamos Ministro), e com uma série de pessoas ligadas às instituições da tutela do património, e às instituições locais. Mesmo antes dos discursos oficiais, quando andava a passear pelo circuito com alguns colegas, vejo avançar, pelas ruínas do Crasto acima, mas a uma certa distância, um homem a cavalo. Depois outro.

(Avançavam precisamente por sobre os taludes, locais interditos à passagem do público precisamente por razões de preservação.) Perguntei-me, perplexa, onde é que aqueles iriam, mas os que me acompanhavam estavam tão surpreendidos como eu. Em suma, havia um grupo de teatro que em concordância com o Presidente da Câmara, resolvera encenar ali um discurso histórico sobre a vida no Crasto. Na hora da visita das autoridades lá surge a tal encenação, encenação completamente anómala, pungente mesmo, apesar do razoável material didáctico sobre o assunto e que estava completamente disponível. Além dos dois cavaleiros montados, colocaram umas pessoas em cima das estruturas da base de uma unidade habitacional da Idade do Ferro (restaurada), sentadas em torno de um amontoado de galhos, simulando uma lareira, e com uns tarecos na mão, além de outros instrumentos, como paus e grandes pedras aguçadas. Estavam ali tendo comportamentos tão primitivos que duvido que fossem os dos hominídeos de há um milhão e quinhentos mil anos! Davam urros, urros! Gesticulavam sem que se percebesse o que diziam pois não diziam nada, era mais uma linguagem gestual. Era inacreditável! Tinham uns cabelos no ar, despenteados, o corpo borratado com carvão, uns trapos a cobrir partes do corpo e continuavam a dar urros para o público e para os cavaleiros, ao mesmo tempo que batiam com os paus no chão e se ameaçavam uns aos outros. Uma cena do que há de mais primitivo e estereotipado. Porque era uma suposta encenação de pessoas que ali viveram pelo menos na viragem na Era. Posteriormente, no autocarro, até perguntei ao Professor Armando Coelho, especialista dessa época, o que achava daquelas populações indígenas da Idade do Ferro (risos). Eu nem tenho à vontade para reproduzir aqui a expressão que ele usou... mas depois acrescentou: isto não tem sentido. Basicamente, conhecem-se as línguas que estas pessoas tinham e embora não sejam hoje línguas vivas, pelo menos podiam-nos ter posto a falar português, não é? Podiam-nos ter posto a dizer qualquer coisa em português que é a nossa língua indígena actual. Portanto, a mensagem que passaram era a de que na Idade do Ferro, eram todos mudos... nem lhes era concedida sequer a fala porque eles urravam uns para os outros e gritavam uns para os outros e tinham assim uma linguagem que não passava da gestual. Isto até está filmado! Saí dali para nem me fazerem perguntas porque a televisão perguntou-me se eu gostava da encenação, mas pensando que eu era um simples elemento do público, e eu, que não podia estragar a festa local na perspectiva do que a comunicação social iria dizer, tive de alinhar com o dia da festa daquelas comunidades locais, e disse somente: Ah! Eu não tenho comentários a fazer! Mas saí logo dali bastante incomodada e, pelo caminho, um funcionário da Câmara ainda me disse que aquela tinha pretendido ser também uma (boa) surpresa para mim!!! Concluindo. Sempre que surgem estas tentativas de recriação, ou de criação destas memórias locais e regionais reportáveis aos tempos passados, eu acho que nós, como investigadores que tanto lutamos para construir discursos científicos segundo as nossas próprias normas e também para preservar esses sítios que encerram para nós informação, ideias, devíamos pugnar em colectivo por um papel mais participativo nos usos dos sítios. Devemos ter um papel de controlo desses discursos. Se é algo que não passa por nós e é assumido como uma brincadeira, ou como uma criação artística contemporânea, então até somos dispensáveis. Porque a mim também não me perturba nada que, por exemplo no Côa, que até é Património da Humanidade, se juntem artistas plásticos frente às rochas e se ponham a desenhar, a recriar e venham até a expor e a vender os seus desenhos. Isso não me preocupa nada porque são os desenhos deles. Isso é uma abordagem. A outra é a deturpação completa da narrativa de conjunto de investigadores, que nós sabemos que trabalham arduamente e em diversas frentes para construir um discurso científico que depois pode vir a ser completamente anulado, como no caso do Crasto de Palheiros (Murça). Pronto. No património não serve tudo o que se possa inventar logo que tenha piada ou seja apelativo. Se aceitarmos isto, não tem qualquer sentido continuar a fazer investigação arqueológica.

MANUEL JOÃO ABRUNHOSA

Se não se importam eu queria também dar uma palavrinha, já agora. São algumas reflexões pessoais de alguém que não é especialista das questões sobre património mas que eventualmente tem tocado em matérias de património. É muito breve, eu escrevi-as agora mesmo, mas fazem parte um pouco do meu pensamento. Património para mim, digamos, não é um valor, ou não implica um valor, eu acho que implica um conjunto de valores sempre. E não um único valor. O enunciado desses valores, muitas vezes, eu penso

que quem toca em património, às vezes, não tem coragem de identificar, de facto, os valores, o conjunto de valores que fala sempre associado a Património.

Uma outra questão tem a ver com a questão de que o Património em si precisa de ser monitorizado. Falamos nisso e a Maria de Jesus também falou há pouco sobre a questão da monitorização. Se tomarmos o Património como tal, porque é uma palavra do léxico económico, a monitorização não é mais do que um extracto de conta. Vai-nos mostrando o estado num dado momento. Nada mais do que isso. Não garante qualquer tipo de rendimento, nem taxa de rendimento, sobre o património. A valorização também não é inerente na minha opinião ao Património; depende do tipo de investimento que se faz sobre o património, seja ele de materialidades ou de imaterialidades. A questão da conservação tem que ultrapassar claramente o entesouramento do Património. O entesouramento do Património é uma garantia da desvalorização do património. Portanto, tudo o que seja feito em termos de investimento para fazer rodar o Património, cria condições, que em termos económicos, pela analogia económica, fazem na minha opinião valorizar o património. E hoje vimos aqui alguns exemplos de processos de rotação de valores sobre o Património que esses sim conseguem fazer valorizar, revalorizar o Património, para novas gerações, para novas formas de ver e de sentir o Património. Estas são algumas reflexões que são puramente pessoais e que poderão sofrer todas as críticas porque são completamente individuais.

MIGUEL SAN NICOLAS DEL TORO

Yo voy a ser muy breve. Pero cuando estamos hablando de los centros de interpretación, hay de muchas clases, de muchos tipos y no hay que confundir centro interpretación con un centro de acogida de visitantes, ese pequeño recinto que hay de sitio. Y hay que tener cuidado con el mensaje que damos. La interpretación del patrimonio no conlleva un mensaje inocente, para nada, y tiene una carga ideológica muy fuerte, explicita o implícita, pero que queda muy claro. Podemos enseñar el arte rupestre como un cuadro, como algo bonito, como algo que una mano anónima ha pintado algo bello y decimos qué bonito, que cuadro tan precioso, estos hombres ya sabían pintar. O podemos hablar de las personas, que detrás de la mano había un ser humano con una cultura material, con una solución a la vida, con unos sufrimientos, con una materialidad que se puede hacer explicita allí. Insisto, los mensajes no son inocentes y basta ir con una visión un poco crítica a un centro de interpretación en donde podemos encontrar cocas muy fuertes y muy poco digeribles para el intelecto. Frente a eso cabe plantearse que quien lo hace? Puede ser una empresa o un arqueólogo que, con su mejor intención, se ha gastado casi todo o presupuesto en poner un metacrilato muy bonito o una pantalla muy grande. Pero no ha habido una reflexión, la de un equipo (un poco lo que se estábamos hablando todos) una reflexión para decidir qué mensaje vamos a dar y después cómo plasmarlo físicamente.

MANUEL JOÃO ABRUNHOSA

Bom. Chegamos de facto às 8 horas da noite, eu só vou agradecer a vossa paciência para chegarmos aqui, bastantes [pessoas], apesar de tudo.

Muito boa noite. Até amanhã.

3.ª e 4.ª Sessões: 11 de Novembro | 3rd and 4th sessions: November 11

Objectivos e paradigmas do estudo, conservação, musealização e divulgação de monumentos funerários

The paradigms and objectives of the study, heritage conservation, musealization and divulgation of megalithic funerary monuments

Debate do final da 3.ª sessão: manhã | 3rd session discussion: morning

Moderadores: *Ramón Fábregas Valcarce; Manuel João Abrunhosa*

MANUEL JOÃO ABRUNHOSA

Vamos então passar a uma pequena fase de debate. Vamos limitá-la a 20 minutos. Agradecia, na medida do possível, intervenções compactas porque profundas têm sido todas elas, até hoje e até agora. Obrigado e até já. Entretanto, dava a palavra à Professora Maria de Jesus Sanches que já fez a primeira inscrição.

MARIA DE JESUS SANCHES

Eu acabei de ouvir esta comunicação e gostava de perguntar ao professor Arlindo Begonha se tem uma ideia de quanto custou este diagnóstico e esta intervenção na Igreja da Lapa, aqui no Porto. Isto é, se tem uma ideia dos montantes? Se calhar, não tem...

ARLINDO BEGONHA

O diagnóstico foi muito barato porque foi feito muito rapidamente. A obra era para começar a tempo de se poder comemorar os 200 anos da Igreja, porque havia um financiamento bancário que depois acabou por não acontecer — um dos bancos está agora com grandes dificuldades económicas. Portanto, a obra teve que ser adiada porque houve peditórios na Igreja. O diagnóstico custou na altura, cerca de 4 / 5 mil euros, julgo que não foi mais do que isso. Foi um preço muito especial. A obra, não lhe sei dizer exactamente, não saiu propriamente barata, mas foram preços também muito reduzidos para aquilo que se poderia esperar, uma vez que foi totalmente paga pela Irmandade de Nossa Senhora da Lapa. Foi a preços de 2 ou 3 anos antes. Não houve aumento de custos e foi tudo muito controlado. Uma parcela muito importante foi também para os dispositivos electrostáticos, que são caríssimos e que são uma boa solução para um edifício. Não são boa solução para os edifícios que estão à volta. Não matam os pombos. Tem que se começar a pensar muito seriamente se o país ou as instituições têm fundos para afugentar pombos e não para os eliminar. Porque é extremamente caro. Neste momento, não há um pombo que consiga permanecer ou estacionar na Igreja da Lapa em qualquer ponto da fachada principal. A colocação dos dispositivos tem de ser realizada por firmas que já estudam a psicologia dos pombos, sabem todos os pontos possíveis onde eles podem estacionar, havendo depois um período de 8 / 15 dias em que se observa se conseguem permanecer ou não. Mas são custos muito, muito avultados. Portanto, tem que se começar a controlar muito a população urbana dos pombos e das gaivotas.

RAMÓN FÁBREGAS

É que eu no sei se haverá mas gente que queira perguntar.

MARIA DE JESUS SANCHES

Eu peço desculpa, não é propriamente dialogo [que quero fazer]. Mas é que nós estamos aqui a falar da conservação do Património, da conservação de arquitecturas, megalíticas. O colega Manuel Rojo, hoje de manhã, disse que nós só deveríamos, na opinião dele, intervir naquilo que pudéssemos conservar e nós,

então, temos que pensar muito bem se tem necessariamente que ser assim. Porque conservar e manter a longo prazo estruturas megalíticas, neste caso, de granito, pode ter custos muito avultados. Isto é, nós temos que nos perguntar se temos que tomar essa premissa; eu, como investigadora, tenho uma opinião completamente distinta. Acho que nós podemos realmente fazer como o Manuel Rojo disse, não temos que escavar completamente, por exemplo, um monumento. Pensar bem nas soluções, deixar até uma parte como reserva, para o Futuro, inclusivamente. Mas não deixar de estudar só porque não podemos conservar materialmente... é assumir que a conservação só se faz pela materialidade, pelo edifício. Mas afinal o que é que nós conservamos num monumento megalítico depois de todos termos percebido aqui o que é que é o monumento megalítico? Isto é, o que é que nós preservamos do monumento? É a mamoa, é o esqueleto do esqueleto que é o que está no seu interior (câmara e corredor?). Foram apresentadas aqui hoje variadas opções de preservação e restauro, todas elas legítimas, mas que nos fazem pensar que nós é que escolhemos a parte a manter. Para mim o mais importante é (além do custo da conservação imediata à escavação) é o custo a longo prazo na manutenção, como já falei, creio que ontem. E, precisamente por isso, eu tinha perguntado aqui ao Professor Arlindo se ele tinha ideia de quanto tinha custado aquela intervenção na Igreja e quanto iria custar a longo prazo. Porque se me perguntar a mim se eu acho mais importante o monumento de Antelas ou a Igreja da Lapa, eu digo logo: o monumento de Antelas. E se calhar se perguntar aqui a esta assembleia toda respondem maioritariamente o mesmo: o monumento de Antelas porque, digamos, há realmente muitas Igrejas. E o monumento de Antelas, que é uma espécie de templo do 4.º milénio antes de Cristo, é verdadeiramente único, extraordinário. Logo, podemos assumir custos de manutenção de um monumento, a todas as escalas, excepcional.

ARLINDO BEGONHA

Em relação à Igreja Matriz de Caminha, julgo, mas sem a ter a certeza, que terá custado perto de 2 milhões de euros. A intervenção na Igreja da Lapa foi muitíssimo menos onerosa. A intervenção na Igreja Matriz de Caminha foi uma obra, digamos, de recuperação emblemática do ex-IPPAR, envolvendo custos muito mais elevados. Mas posso estar a dizer um disparate muito grande em relação à Igreja de Nossa Senhora da Lapa. Sinceramente o preço certo não conheço. Na altura, vi as propostas, mas não lhe sei dizer porque alguma derrapagem pode ter havido, porque houve alguns trabalhos que foram feitos a mais do que estava previsto. Não queria avançar porque não tenho a certeza. Note-se que a Igreja da Lapa é um monumento único.

Um problema fulcral em Portugal é a ausência de manutenção. Se houvesse uma manutenção, mais ou menos permanente, não havia depois estes gastos enormes. Porque não haveria tanta deterioração da pedra, não havia tanta coisa para restaurar e para limpar... A questão é essa, não se pode estar a intervir num monumento de 40 em 40, ou de 50 em 50 anos, ou mais, porque então os custos são realmente muito grandes.

LUÍS LUÍS

Já ontem falamos aqui muito, e percebemos todos que temos uma responsabilidade social, enquanto cientistas, enquanto arqueólogos. Mas eu queria falar agora de outra responsabilidade, que é a responsabilidade para com o monumento, para com o documento que nós estudamos. Achei interessante o que o Manuel Rojo falou. De facto, nós investigamos para quê? É para respondermos a perguntas. Mas quando estamos a investigar, sabemos que estamos a destruir aquilo que estamos a investigar, ou pelo menos parte disso. É aquela velha história do livro, de que vamos rasgando as folhas. Mas alguma coisa fica. E acho que o exemplo de Antelas que o Professor Domingos Cruz trouxe — e estou a falar do que fizeram o Abel Viana e os outros — é muito interessante. Como não tinham condições para preservar o monumento, enterraram-no. Foi dessa forma que ele chegou até nós! Ou seja, temos que perceber quais foram as condições que permitiram que o monumento chegasse até nós. E se não temos condições para o manter no Futuro... Porque temos uma responsabilidade também para com o monumento, para com o nosso objecto de estudo. E eu penso que a nossa responsabilidade social não se realiza apenas, ou

exclusivamente, pela musealização e pela valorização. Ao produzirmos um discurso científico, estamos a contribuir para essa responsabilidade, estamos a cumprir o nosso papel. Produzimos conhecimento. Conhecimento que é historicamente datado, eventualmente. Mas estamos a produzir conhecimento. E por isso penso que, se não temos condições para preservar aquilo que estamos a estudar, então o melhor será enterrá-lo. Eventualmente se as perguntas que temos não são assim tão importantes para aquele monumento, então se calhar mais vale não estudar aquele e estudar outro. E dava aqui três exemplos da arte paleolítica, talvez por defeito do vale do Côa.

O cavalo de Mazouco foi descoberto nos anos 80. O primeiro sítio de arte paleolítica ao ar livre descoberto em Portugal e um dos primeiros da Península Ibérica. Hoje em dia chegamos à pequena aldeia de Mazouco e vemos logo uma placa a indicar "cavalo de Mazouco", e temos uma estrada alcatroada até ao sítio. Chegamos lá, temos um caminho e o que vemos do cavalo de Mazouco é a sua destruição. As pessoas chegam com a sua chave do automóvel e riscam-no. Curiosamente, como não percebem duas das figuras parciais, não as destroem. Podemos perguntar porque é que é que isso acontece? Por frustração, por vandalismo puro... Será que a placa e a estrada estão a valorizar o sítio? Isto, se calhar, não é valorizar nada. Não estamos a dar valor àquilo que ali está. Há uma estrada, mas não há mais nada.

Segundo exemplo, para não pensarmos que são só os portugueses a fazerem as coisas assim... Siega Verde. Descobre-se o sítio, que fica aberto. Fazem-se percursos com mapas. Põem-se uns pilarzinhos a indicar alguns dos painéis. Curiosamente, são exatamente esses painéis que estão sinalizados os que são destruídos. Os outros que se mantêm desconhecidos ficaram preservados. Até que os nossos colegas espanhóis perceberam que aquilo não podia continuar. Vedaram o sítio e fecharam-no. E, hoje em dia, o sítio é visitado como se fazem as visitas em Foz Côa.

O terceiro e último exemplo, ainda na arte paleolítica é a Barroca, o sítio do Fundão. Foi descoberto e esteve durante mais de 10 mil anos preservado, porque era desconhecido. Ao ser descoberto, a ciência valida-o e, de repente, vamos valorizar! Há ali umas aldeias do xisto (e eu aqui não estou a julgar intenções, estou a mostrar o resultado), e na região há uma entidade muito dinâmica que tenta valorizar todas aquelas aldeias. Trata-se de uma zona profundamente deprimida e o que fizeram foi um percurso pedestre que indica as gravuras. Pois, passado algumas semanas dessas gravuras estarem indicadas, uma coisa que se tinha preservado durante 12 mil anos, 10 mil anos, já tinha um pequeno círculo picotado em cima de uma cena com duas cabras.

Em conclusão, eu acho que se não temos condições para manter a preservação do documento — aqui falo do documento, daquilo que resta da nossa eventual destruição, quando escavamos, embora no caso da arte rupestre não seja bem assim — então, mais vale manter-se desconhecido, mais vale manter--se enterrado, porque, caso contrário, estaremos a contribuir para a sua destruição. Estas placas, até os centros de interpretação, são baratas! E para uma câmara municipal é altamente "rentável"! Constrói-se obra, inaugura-se na véspera das eleições... Mas estamos a servir o nosso objecto de estudo? Estamos a cumprir a nossa responsabilidade social? Eu julgo que não. Estaremos a produzir discurso científico, mas, se não temos condições para manter a integridade dos monumentos, acho que mais vale deixá-los no desconhecimento, deixá-los enterrados ou enterrá-los novamente.

ANTÓNIO CARLOS SILVA

Muito bom dia a todos. Tive imenso gosto em acompanhar a apresentação do Domingos Cruz, recordo-me perfeitamente deste projecto no final dos anos 80. Que era um projecto, na altura, experimental e que beneficiava de condições que depois se foram degradando até em termos de funcionamento da administração. Nos últimos anos a administração (e quando eu falo em administração, falo dela a nível local, regional ou mesmo nacional) por força sobretudo dos fundos comunitários, acabou por ir abandonando estes pequenos projectos de carácter experimental para ir para projectos que tinham que ter uma dimensão tal [dimensão] que justificassem os financiamentos. Deixando de ter dinheiro para a manutenção... neste momento (e isso é uma situação que já se arrasta a alguns anos) não há praticamente um cêntimo para manutenção seja do que for. Todo o dinheiro é para investimento dos serviços, o pouco

que ainda resta tem que ser canalizado para os poucos projectos que têm financiamento garantido pela comunidade Europeia. Portanto, ainda vai havendo para alguma obra porque estaria já antes aprovada. Mas não existe absolutamente dinheiro nenhum para a telha partida, para a janela que se estragou, para as coisas mais elementares e que depois acarretam prejuízos a prazo, e terríveis!

Ora bem, isto é verdade para o património em geral e é praticamente ainda mais grave no que diz respeito ao património arqueológico, que tem muita dificuldade em adequar estas intervenções, que dificilmente se inscrevem nos modelos dos projectos das candidaturas, dos financiamentos, dos cadernos de encargos. É extremamente difícil. Portanto, este tipo de pequenas acções que era possível fazer nos anos 80, algumas ainda nos anos 90, acabaram. É por isso é que praticamente não foram replicadas, são experiencias quase únicas; haverá um ou outro caso, mas quase que não há experiências deste tipo. E se imaginarmos a riqueza do património megalítico, por exemplo, em todo o Sul do país e onde estes projectos não se têm repetido [vemos as consequências].

Só para terminar vou relatar um caso que nem vou localizar, porque ele é de tal maneira grave que, enfim, está a ser analisado noutro contexto. Precisamente por estas condicionantes que envolvem os financiamentos e os projectos neste momento, uma autarquia do Sul apareceu com um projecto de valorização de monumentos megalíticos e essa valorização passava essencialmente por criar condições de acessibilidade, de estruturas de visita. Portanto, teoricamente, não tinham qualquer interferência com os monumentos. Acontece que apesar de todas as recomendações, que, agora vistas *a posteriori*, me parece que não foram suficientes porque não houve recomendações no sentido de estar garantido o acompanhamento arqueológico. Embora isso fosse referido sistematicamente nos pareceres que foram dados, até porque se tratava de um monumento classificado. A obra avançou sem qualquer arqueólogo no terreno, nem no projecto, nem no acompanhamento, nem na execução. E quando finalmente chegou a notícia de que as obras estavam a decorrer e alguém com conhecimento de causa passou no sítio, tinha verificado que para a instalação de uma estrutura de um passadiço se tinha destruído parte da mamoa. Portanto, no projecto de valorização. Eu nem cito o caso porque nem o localizo.

MANUEL JOÃO ABRUNHOSA

Punha só uma nota também minha sobre a questão do que se viu na sessão desta manhã. Nota-se que há claramente um défice de investigação sobre as técnicas de restauro e de conservação: investigação sobre os princípios e sobre as técnicas. Haverá e há muita investigação científica sobre o património mas não sobre como conservar o património, como depois também fazer o acompanhamento e a sua monitorização futura. Porque penso que esse é também um aspecto fundamental. Vimos hoje um exemplo numa conferência sobre a questão de Las Batuecas. Há claramente uma questão científica com intenção para a conservação, mas de um modo geral a experimentação que tem sido feita na aplicação no terreno é casuística, pontual e provavelmente não está ainda definida sobre um princípio científico de investigação.

Não sei se temos alguém... Se não temos vamos então terminar a sessão da manhã e estaremos aqui às 15 horas. Muito obrigado. Recordo que se há alguém que vá à viagem de amanhã, que se inscreva. Agora mesmo é o último momento. Obrigado.

DEBATE DO FINAL DA 4.ª SESSÃO: TARDE | 4th SESSION DISCUSSION: AFTERNOON

Moderadores: *Ramón Fábregas Valcarce; Manuel João Abrunhosa*

MARIA DE JESUS SANCHES

Agora aqui os moderadores pedem aos organizadores que venham para a mesa. Isto tem piada porque normalmente pede-se aos comunicantes da tarde para fazerem isso. Bom, tanto dá.

Então para dar início ao debate nós hoje devido a problemas variados na cidade, como o trânsito, etc, tivemos uma manhã muito, muito confusa; e o debate, que eu acho que é o momento mais apelativo, em que as pessoas ficam, digamos, mais descontraídas a discutir aquilo que foi apresentado, aquilo que vieram aqui efectivamente trazer (e houve aqui desde a manhã até agora à noite comunicações muito diversas, todas elas de grande qualidade), vai agora começar.

[*A parte restante desta intervenção, que incluiu uma pergunta ao Gaspar Gavilán, e outra ao Joaquim Garcia, não ficou gravada; também não foi gravada em boas condições a resposta do Gaspar Gavilán. Do mesmo modo, não ficaram gravadas as intervenções, em jeito de "diálogo" de Fernando Carrera, Luis Filipe Gomes, Pedro Sobral de Carvalho e, novamente, Gaspar Gavilán*]

JOAQUIM GARCIA

Em relação à Arquinha e à resposta. É evidente, e no seguimento desta exposição: nós não fizemos nada sobre as pinturas, nada. Por isto, porque não tínhamos estudos. Não tínhamos conhecimento que nos permitissem fazer uma atuação diretamente à pintura. O que é que se fez na Arquinha? Foi dotar o monumento de uma condição muito idêntica àquela que ele podia ter tido na altura que foi construído. E tudo isso foi o que se fez ali. Foi diminuir humidade, escorrências, tentar estabilizar o todo, tudo aquilo que é o suporte da pintura, que é o granito. E nós limitámo-nos pura e simplesmente a isto. Conclusão. Qual é o problema da Arquinha? A Arquinha tem um problema que vai continuar. Isto precisava de ser monitorizado. Eu precisaria de perceber se todo o trabalho que nós fizemos na Arquinha, se conseguiu de facto colmatar todos os problemas que o monumento tinha pós-escavação e após a preservação que ele teve, na altura, a seguir à escavação. Eu tenho conhecimento de que na Arquinha as pinturas foram limpas, na altura, não sabemos bem com que é que o foram; removeram-se musgos, liquenes... e isto é aquilo que não se deve fazer. Não se deve fazer sem estes tais estudos, sem perceber, de facto, que tipo de produtos se podem usar. Porque nós restauradores temos produtos eficazes, para os bichos, para tudo que há destas temáticas da conservação. Mas há um factor que nós não dominamos e esse factor temos que o dominar através de estudos que levem a perceber todo o mecanismo. Porque nós vamos intervencionar. Perceber esse mecanismo permite-nos criar, através dos nossos conhecimentos, soluções que também precisam elas mesmas de ser monitorizadas porque são as soluções que nós temos agora. Eu trabalho há vinte anos na conservação e restauro e vejo produtos novos que vão aparecendo. Estão constantemente a aparecer e, portanto, quando eles aparecem são muito bons e nós confiamos que eles são bons.

MANUEL JOÃO ABRUNHOSA

Quando se diz que se recuperou o monumento nas condições que ele tinha quando foi construído isso não é real por mais que agora se tentem todas as técnicas. Há uma coisa que é inevitável: é o tempo e o efeito que o tempo teve sobre, nomeadamente, os suportes graníticos, que sabemos, como vimos hoje com uma das apresentações, que no caso dos granitos têm uma resposta em termos de monitorização bastante significativa. Para além do mais, as próprias condições ambientais climáticas, quer macroclimáticas quer microclimáticas, podem e com certeza se alteraram ao longo do tempo, o que

também teve o seu efeito, digamos, no eventual risco de degradação de pinturas e de outras estruturas, até da própria estrutura. Sobre essa questão é óbvio também pela apresentação da Carla Stockler que alguns dos esteios estão reduzidos quase que a um esqueleto. Estão assim por degradação. Há uma grande perda de material.

DOMINGOS CRUZ

Um apontamento. Talvez lembrar que as pinturas existem em ambientes húmidos cujo índice será da ordem — agora não tenho muito presentes —, 60% ou 70%. Ou seja, não será muito diferente da humidade actual. As grutas, os dólmenes, as pinturas, resistiram ao tempo num ambiente com alguma circulação de ar e de humidade, equiparável talvez ao das grutas ou próximo disso. Seria necessário fazer estudos mais demorados sobre os dólmenes, já que para as grutas há muitos desses trabalhos. E é provável que esta situação — eu já não visito a Arquinha da Moura há alguns anos —, que esta situação de não visibilidade, de serem menos notáveis, tenha a ver com a humidade do próprio suporte. Os trabalhos de conservação, de restauro, talvez tenham isolado um pouco o espaço, e portanto, as pinturas talvez sejam menos visíveis porque a pedra está menos húmida e talvez ainda não esteja estabilizada. Estou a sugerir que talvez passe por isto a explicação. Não quer dizer que as pinturas se tenham degradado, o que quer dizer é que a humidade intrínseca à pedra, ao granito nomeadamente, talvez se tenha alterado entre o momento anterior e os trabalhos e talvez, não seja uma degradação, mas apenas uma questão de húmida interna, do ambiente e da própria pedra e que talvez se venha a estabilizar no futuro. Como o Garcia disse é necessário depois da obra controlar um pouco essas condições para avaliar se são boas soluções ou se há que alterar alguma coisa.

RAMÓN FÁBREGAS

[...] vou fazer uma consideração de âmbito geral relativa a estes dois dias de jornadas. Tenho uma impressão dupla. Se incido no plano meramente técnico, tenho uma impressão muito positiva, quer dizer, anotei aqui questões relacionadas com os registos e outras relacionadas mais com a analítica, estas muito mais complexas e que decorrem de técnicas muito variadas [que em cada caso foram aplicadas]. Também escutámos questões repetidamente assinaladas relativamente à metodologia para a conservação, para o restauro e para a divulgação. Portanto, do ponto de vista técnico, creio que a coisa está realmente bem, deixou-me uma impressão positiva e nesse sentido o vaso está cheio. Mas também vejo o copo vazio no plano factual, no plano da aplicação efectiva. Houve também intervenções, como as de Manolo Rojo e em certa medida também as de Fernando Carrera, que foram bastante demolidoras sobretudo quanto à eficácia, à relação investimento monetário/resultados. Não me refiro aos resultados científicos, mas a resultados no plano da consciencialização, valorização, etc. etc. [...] tenho a impressão que são problemas como a falta de verbas, falta de vontade política, e ainda a manifestação de interesses em confronto ente comunidades locais e administrações que tocam também a questão científica, etc...

É certo que para mim hoje em dia o problema da conservação dos sítios em geral e dos monumentos megalíticos em particular, não está tanto, creio, no plano técnico (onde ainda há capacidade para resolver mais coisas), mas sobretudo na infra-estrutura socioeconómica. Os problemas que se colocaram aqui têm sobretudo a ver com uma certa inadaptação das nossas propostas, dos nossos esquemas à realidade sócioeconómica, e aqui faz falta uma certa reflexão, reflexão que de certo modo já se começou aqui.

MANUEL JOÃO ABRUNHOSA

Uma muito breve minha intervenção que é para complementar em grande parte esta última e também para recolocar claramente uma das situações que não direi que me deixa perplexo, porque conheço a questão noutros níveis que não só este, é que há uma falta grave claramente em todas estas intervenções sobre o património, que é claramente a falta de monitorização. A monitorização é o parente pobre, esquecido, na maioria das intervenções. Não basta ir de vez em quando ao local e olhar para lá,

tirar umas quantas fotografias, e eventualmente ver o que falta ou não falta. É preciso um acto técnico e científico e cultural de monitorização. E a monitorização também é um acto cultural, e é um acto cultural que eu penso que a arqueologia ainda não tomou.

ANDRÉ SANTOS

Há um problema com estes projectos que são, no entanto, altamente meritórios. Eu próprio participei neles, com todo gosto. Estou-me a lembrar, por exemplo, da Fonte Coberta. Há um investimento feito na Fonte Coberta para restaurar o sítio, ou, também a Orca de Seixas. Eu duvido que vá alguém a algum destes sítios de propósito; ou melhor, é um número ínfimo de pessoas que vai de propósito a Alijó ver a Fonte Coberta ou um número ínfimo de pessoas que vai de propósito a Moimenta da Beira ver Seixas, e etc. Isto porquê? Porque estas coisas não podem funcionar isoladamente, tem que haver de facto, desde logo, uma âncora. Por exemplo, o projecto de Dombate, pode servir (lá está) de chamariz e, sobretudo porque é um projecto impactante nos dias de hoje (o edifício que é e tudo aquilo), provavelmente vão pessoas lá que não tem interesse nenhum na arqueologia e só depois é que o ganharão. É pelo menos esta a experiência que eu tenho no Museu do Côa. O Museu do Côa abre... lembro-me de aparecerem lá muitíssimos arquitectos e depois é que ficam apaixonados pela arte rupestre. Nem estavam à espera... vão lá por causa do projecto... e agora é evidente que se houver uma série de coisas à volta de Dombate, o monumento pode-se tornar de facto uma boa alavanca de desenvolvimento regional. Estou agora a lembrar-me por exemplo do Alto Paiva, do projecto que começámos no Paiva, e que também passou por vários restauros e tal... liderado aqui pelo professor Domingos Cruz. Acho, de facto, que houve ali uma coisa que estava em potência, que havia potencial e que nunca passou a ser potência... E, neste caso, o problema foi da gestão do Museu. O Museu que ali se construiu é um edifício bom e que foi feito já pensado como Museu... Ora, por causa do problema dos decisores políticos (de que também falávamos ontem), o edifício deixou de ser um Museu para toda uma região do Alto Paiva, o que podia ter funcionado como um pólo dinamizador... as pessoas não iam ali ver um monumento, iam ver uma série de monumentos de diversos períodos e alguns deles com uma importância grande, como os Juncais (de que já falámos aqui), o Picoto Vasco, etc. E podia-se de facto ter um plano de gestão ao nível do território; ali, um projecto deste tipo tinha muitíssimas condições para funcionar. Agora se calhar temos é que nos deixar destas intervenções isoladas, digamos assim, uma aqui, outra acolá, e pensar mais em termos de um território que pode passar por uma macro-localidade ou macro-regionalidade (como estava aqui o Manuel a dizer), mas até a uma escala mais pequena. Ou seja, se calhar, antes de partirmos para um sítio, devemos sair dele um bocado, não nos ficarmos pela intervenção, num monumento aqui e outro acolá. É a minha opinião.

[**PEDRO SOBRAL :** *intervenção não gravada por motivos técnicos*.]

MANUEL JOÃO ABRUNHOSA

Vamos só aguardar um bocadinho para se mudar a cassete. De facto a Aboboreira é um marco na história, não é? É um marco que está vivo e que vai continuar a estar vivo pelo que se vê... também com esta garra... (risos). Não sei se temos mais alguma intervenção... se não há eu passo ao Dr. Domingos.

DOMINGOS CRUZ

Apreciei muito as palavras do André e do Pedro Sobral. De facto seria necessário haver zonas mais amplas em termos de aproveitamento dos recursos endógenos, dos recursos locais. Há pouco tempo estive em Vila Nova de Paiva que tem este problema de construir-se o Museu que no fundo não foi montado e que era estruturante para toda uma vasta região. E um dos vereadores, eu falei lá com um antigo vereador e dizia-lhe isso, porque é que Vila Nova de Paiva é hoje um concelho que deve ter 5 mil habitantes, está em extinção, enfim... mas tem ali outros ao lado, tem Moimenta da Beira, tem Sernancelhe, Satão, e digamos que, utilizando não apenas a pré-história, e megalitismo há outros

patrimónios, naquela região, nomeadamente medieval, os mosteiros, etc. Seria possível reconstruir alguma coisa que abrangesse uma área mais ampla, digamos que, não tem grande futuro um monumento isolado, como aqui se disse há pouco. E de modo que... mas é difícil, é difícil ultrapassar essa mentalidade local. Aliás o Museu acabou por não se instalar e funcionaria como grande centro interpretativo de uma vasta região, porque enfim... de um Museu que tinha esta perspectiva bastante abrangente. De repente mudou o poder político e passou a um Museu muito localizado e isto não era possível de instalar se fosse sério não era isto. E de modo que, enfim... creio que também algumas zonas muito bem estudadas onde se investiu muito em termos de investigação, nomeadamente a Serra da Aboboreira, mas também Vila Nova de Paiva poderiam desenvolver (para além desta vertente mais turística) um... o desenvolvimento poderia passar pela própria investigação. Ou seja, poderia haver algum investimento na manutenção de centros de investigação locais que funcionassem em alguns períodos do ano, que recebessem jovens. Digamos que há toda uma informação acumulada que podia ser utilizada mesmo em termos de investigação. Creio eu que seria possível cativar público, um público de estudantes ou até de séniores, enfim hoje também já a comunidade avançada retoma os seus estudos. O interesse que fosse centrado na investigação ou no conhecimento, e estas áreas (digamos) poderiam eventualmente estruturar, organizar estruturas desse tipo, que passavam pelo património, mas também por outros patrimónios. Por exemplo o rio Paiva poderia ser explorado porque se trata, era um rio bastante bem conservado, límpido, e outros aspectos da natureza, digamos que talvez estas áreas pudessem... algumas áreas do país, a Serra da Aboboreira, falou-se em Mértola há pouco. Mas houve ali 20 anos de investimento ou até mais de investigação, há uma marca já também, falou-se aqui em marcas. Há Aboboreira é uma marca conhecida em toda a parte, creio eu, em termos de património e investigação. E portanto, se houvesse algum investimento nesse sentido, de patrocinar a formação e a investigação inicial, enfim, talvez também pudesse resultar para além do turismo de massas que para este património, muito específico, às vezes não resulta muito bem ou tem um público mais limitado. Seria... pronto o Manuel Rojo diz que queria um público muito mais abrangente, muito mais internacionalizado, enfim... também seria possível explorar essa via de uma marca mais comum a várias regiões. Bom... era só um comentário.

[*Ocorreu aqui uma intervenção em espanhol que não foi possível entender, nem mesmo identificar o seu autor*]

DOMINGOS CRUZ

Se há possibilidades reais de se conseguir? Estás a perguntar ou estás a dizer que sim? Ah... sim... Estás a dizer que há essas possibilidades. Ou estás a perguntar?

Há de facto uma área bastante mais abrangente. É preciso trabalhar para isso, provavelmente, trabalhar muito para montar um projecto desses, que deve dar muito trabalho. Mas certamente que haverá vontades (o que já não é mau) mas montar uma estrutura (que não sei se estou a perceber bem), uma estrutura internacional Espanha/ Portugal, transfronteiriça...

[*Houve aqui uma intervenção em espanhol do Manoel Rojo que não foi possível entender*]

DOMINGOS CRUZ

Quer dizer, lembrei-me de que poderia ser uma possibilidade para certo período do ano, fomentar a investigação em grupos de pré-universitário, universitário e de seniores, para nesse domínio apenas da investigação, participarem em trabalhos ou trabalhos de escavação mas também de identificação, de observação, etc. Mas não sei se poderá resultar, não é?

CARLA STOCKLER

Está agora a terminar um projecto na Aboboreira, as tais várias tentativas de que já foi alvo, não é? Desde pelo menos os anos 80. Neste momento ao nível de arqueologia que [...]. Estamos a ultimar a

última fase de um projecto que, lá esta de facto, mas tem sido pouco comunicado ao público [em geral], que uma das suas grandes componentes é a investigação; isto é, criar de facto um centro de investigação para poder continuar a pesquisa em si e também a pesquisa na manutenção, na monotorização, etc. Não nos referimos somente ao nível patrimonial *stricto sensu*, mas estendendo-o a outros patrimónios, como a ruralidade. Naturalmente esta é uma atitude política pois este é dos poucos projectos abrangentes que ouço falar [...] mas onde queremos atingir uma escala supra-regional mas aí eu até vejo [a possibilidade, desejável, de] um enquadramento Europeu. De facto, com o passado de investimento que a Aboboreira tem, 3 concelhos que incluem a Serra estão interessados em ir para a frente juntos (se calhar, porque finalmente se aperceberam que a Aboboreira permite projectos europeus). Então [os 3 concelhos: Baião, Amarante e Marco de Canaveses] finalmente acordaram em ter uma política conjunta. Uma uma das ideias que eu ouço falar constantemente a nível político, é [a necessidade de] ter um centro de estudos de captação de jovens das universidades, em determinado período do ano, que se localize em Baião e desenvolva aí, *in loco*, os seus estudos.

DOMINGOS CRUZ

Ainda bem.

MANUEL JOÃO ABRUNHOSA

Não havendo mais questões passaria à professora Sanches para fazer um comentário e a seguir iniciar o encerramento da mesa-redonda.

MARIA DE JESUS SANCHES : *intervenção de encerramento*

Desde ontem que eu me convenci que tanto o dia de ontem como o dia de hoje foram como que um workshop, um curso "prático". Acho que houve aqui diversificadas exposições e narrativas e um grande debate de ideias; e houve aqui realmente propostas e recomendações muito inovadoras tanto ontem como hoje, particularmente essa de conceber uma intervenção, digamos, desde o início como uma intervenção global com conservação, gestão, etc. Simplesmente, eu insisto sempre nisto, há patrimónios que realmente nós não sabemos à partida se merecem ser preservados. Desculpem o meu pessimismo ... e, a propósito, eu até costumo usar uma frase que é mais ou menos assim: "Se ao longo da história da Humanidade se preservasse todo o património, nós, neste momento, estaríamos a cultivar as batatas e o arroz que comemos, provavelmente em Neptuno, em Marte... nalgum lado..." Isto é, o território é também solo produtivo. Nós temos que pensar nisto. Território é também solo.

Já agora devíamos reflectir sobre isto quando construímos estradas, auto-estradas, barragens, etc., que, de facto, alienam território. Tudo isto é a anexação de um "bem" que é o nosso maior "bem colectivo". O nosso maior bem é mesmo o território, o nosso património por excelência. Sim, o território, porque é a base da nossa mantença de todos os pontos de vista que queiram alegar, e portanto eu gosto de ter uma atitude muito prudente quanto a esta questão e pensar que, se penso que o património cultural (passando agora aqui de lado entre esta distinção, natural e cultural), é aquele de que estamos aqui a falar, aquele que é construído por nós, esse é o que está a ser objecto aqui de debate, mas sem descurar em momento algum "o outro". Se nós defendemos que este património deve ser apreendido, compreendido e assimilado, que deve ser difundido, também temos que admitir que em muitos projectos não temos, logo à partida, que pensar desde logo na preservação [material] porque a arqueologia tem, como todos nós sabemos, esta grande imponderabilidade. Tem-na realmente. Já que as pessoas contaram aqui as suas histórias e experiências, eu também vou contar uma história.

Fui convidada por uma Câmara municipal desta região do [Porto] para apoiar a escavação de uma mamoa que teria, supostamente, um dólmen; um dólmen que iria ser musealizado para captar turismo, acolher e agarrar público. E uma grande empresa pública até financiava [a essa Câmara] um núcleo interpretativo ou museológico. Começámos a escavação da mamoa e à medida que íamos avançando

tentávamos encontrar a tal estrutura arquitectónica, a ossatura, o dólmen, aquilo que é musealizável. Mas nunca a encontrámos. Continuámos a avançar com a escavação e chegámos a uma fase em que percebemos que aquela estrutura, aquela arquitectura de terra e pedras era um monumento, mas não tinha um dólmen lá dentro. Não tinha o tal expectável esqueleto e, como não o tinha, verificou-se logo um grande desinteresse pelo projecto (por parte da autarquia). No entanto, desde o início a mamoa mostrou, através da escavação, que estava como que selando um outro sítio, um possível povoado mais antigo, com materiais arqueológicos microlíticos, e um paleossolo com imensos carvões, descoberta que o gabinete de arqueologia dessa Câmara seguiu logo com interesse. Isto é, havia/há um sítio arqueológico por baixo daquela mamoa, e esse é que era particularmente interessante de estudar também, quer para melhor entender a mamoa, quer pela particularidade e raridade de ainda aí se terem conservado vestígios de um certo tipo de sítios pré-históricos que por vezes surgem enterrados sob os monumentos megalíticos ou sob outras acumulações de sedimentos. Mas neste caso para lá chegar é necessário escavar/desmontar pelo menos 3 quartos da mamoa. Pelo que perguntei "Bom, tem interesse do ponto de vista do conhecimento estudar e levantar todo este "dólmen", ou mamoa para estudar o povoado que está por baixo dela?" Para mim tinha porque o que interessa em primeiro lugar é conhecer- descobrindo. A divulgação primeira é a do conhecimento, como já aqui se disse, e só em casos particulares se justifica a manutenção e divulgação das estruturas materiais que restam após a escavação. Quando nós escavamos um sítio, seja ele qual seja (agora não estamos a falar somente de maciços rochosos, nem de monumentos megalíticos, que são o objecto deste encontro aqui, mas de todo o tipo de sítios), porque somos arqueólogos, ao escavar, vamos vendo que ele tem várias camadas estratigráficas que vão sendo desmontadas. Mas aquilo que eu tenho constatado ultimamente é o seguinte. Quando estamos em cima, nas primeiras camadas, vamos descendo se não há muros. A partir do momento em que aparecem muros "Aqui d'el rei!" que os temos preservar! É o que eu denomino de "paradigma muro". Portanto nós também temos que rever os nossos paradigmas, entre os quais tem de caber o da possibilidade não remota de destruir os tais muros, que o pensamento corrente pensa logo em preservar, para podermos atingir outros vestígios subjacentes. Não devemos preservar aquilo que, digamos, os "outros", ou o paradigma patrimonial corrente, nos pede. Como investigadores temos de ter alguma palavra a dizer sobre aquilo que achamos que deve ser escavado e materialmente preservado. Não é? Essa é para mim uma questão de fulcral importância. Porque eu não acho (por uma questão de bom senso) que, e por muitos motivos, nós devamos somente fazer "o que vende" naquele momento. Porque, como dizia há bocadinho o André, o que vende hoje não vende amanhã. Nós podemos estar a descartar uma série de informações que seriam muito úteis para nós em termos de futuro, que são muito úteis até para musealizações de futuro, como sejam por exemplo, os estudos paleoambientais — como o do tal paleossolo por baixo da mamoa — que podem ser muito interessantes para nós conhecermos a evolução da vegetação, para percebermos as paleopaisagens que incorporam o património construído, etc. E até para musealizar o tal sítio não só com arquitecturas sólidas mas também com vegetação porque aqui, durante esta mesa-redonda, nunca se falou da possibilidade da "recriação" da paleovegetação nos projetos musealizáveis.

Falámos neste dia de hoje de monumentos megalíticos, etc., e conversamos sobre a recuperação das suas arquitecturas e vimos até o trabalho fantástico que aqui foi mostrado quer pela Arqueohoje, quer pelas equipas da Serra da Aboboreira. No entanto, nenhum destes monumentos contou com a recuperação da vegetação envolvente nos programas de divulgação. Mas esse conhecimento existe para muitos casos. Para a Aboboreira existem bastantes dados.

Repetindo, muitos destes sítios têm dados paleoambientais que permitem saber qual era a vegetação envolvente, mas o que é que nós somos levados a ver no campo? Muros e lajes fincadas na vertical. Nesta medida também podemos como que valorizar os produtos, os resultados que para nós são importantes porque aquilo que nós criamos também é cultura. O nosso conhecimento é cultura. Ponto. À medida que vamos avançando no conhecimento ele incorpora-se inexoravelmente na nossa cultura, seja na arqueologia, seja na medicina, seja no que seja. O conhecimento é que é a cultura. Ora nós não podemos abdicar desse conhecimento e, digamos, transmitir unicamente aquilo que nos estão a pedir ou aquilo que é financiado, ou aquilo que é expectável que se faça. Esta era a primeira questão.

A segunda é porque eu sou aqui professora [na Fac. de Letras da UP], como sabem, e à medida que a mesa-redonda decorria, fui pensando que também devia haver aqui estudantes de turismo, de marketing, etc. (Refira-se que a Organização não convidou ninguém ligado ao marketing). Porque eu não sei fazer marketing. Certo? Não sei mesmo. Não posso tocar de tudo um pouco, porque todos temos limites, inclusivamente físicos e cognitivos. Posso chegar a conhecer algo. No entanto, não sei, se não tiver a colaboração doutros profissionais, como é que alguns tipos de projectos têm possibilidades de serem desenvolvidos com sucesso no sentido divulgativo.

Realmente, os cursos universitários de Arqueologia, Património, etc. deviam incluir (e nalgumas universidades sei que já se faz), deviam incluir uma aprendizagem sobre a gestão do património focando casos concretos, leccionada por docentes que não sejam mais do que meros economistas que nos vêm falar de gestão de áreas que não tem nada a ver com a nossa. Isto é, essa leccionação deve partir do nosso conhecimento adquirido e com ele aprender a geri-lo, a divulgá-lo, o que exige interfaces entre diferentes profissionais. Isto porquê? Porque de cada vez que participei em projectos de musealização (musealização, valorização, o que se lhe queira chamar), vinham apoiar-me uns técnicos de turismo, outros de gestão, outros de marketing, mais ou menos acabadinhos de sair da Escola que me impunham uma estratégia-tipo e diziam-me: "Bom, a estratégia vai ser esta e agora a senhora o que é que tem a dizer para encaixar aqui? A senhora é que vai "fazer os conteúdos", construir o discurso dentro da nossa estratégia". E eu fiquei sempre um pouco perdida porque sei que a estratégia também bebe nos conteúdos arqueológicos. Infelizmente para mim, as coisas nunca correram como deviam ter corrido. Correram como puderam correr, como melhor soubemos.

Em suma, temos de ser nós na Universidade, em Escolas profissionais que temos de criar os nossos próprios divulgadores, a partir de dentro do nosso questionamento, senão arriscamo-nos a matar logo à nascença tais programas. Porque quando o nosso produto passa para o outro lado, quando o nosso produto passa para o divulgador do outro lado de lá, ele sai tão alterado, tão transformado, que a mensagem a transmitir já se perdeu por completo. Já nem está lá.

Claro que tudo isto tem a ver com a escala e bom senso pró-activo (agora até já é moda dizer-se "inclusivo" em vez de "pró-activo"...), mas nós como docentes não podemos perder este objectivo que para mim é muito importante.

Como investigadores produzimos produto cultural, os nossos produtos são de primeiríssima qualidade, de tanta qualidade como o dos gravadores do Côa, de Lascaux, da serra de Passos, ou das Batuecas. O nosso conhecimento tem tanto valor como esse. Desculpem eu estar com esta imodéstia porque só com esta assertividade fazemos passar a mensagem.

Com esta minha intervenção deram-me o privilegio de encerrar a sessão e a Mesa redonda. Vamos dar por findos os trabalhos em torno a uma secretária e num auditório onde ocorrem todos os actos académicos relevantes desta Faculdade.

É significativo assim o lugar onde estamos, porque isto é uma universidade e estamos no salão nobre; embora a secretária não seja redonda também me disseram que se a távola redonda do Rei Artur era circular, ele não estava bem lá entre os demais, estava assim um bocadinho mais afastado. Portanto a forma da sala condicionou parcialmente a exposição e o debate mais próximo entre pares, mas creio que ninguém da organização se afastou dos demais.

Já estou um pouco cansada para continuar a falar, mas queria agradecer a todos os que vieram de muito longe, alguns vieram mesmo de muito longe. Responderam de imediato ao nosso convite, ao meu e ao do Professor Domingos Cruz, que somos, digamos, os organizadores. Há uns que não responderam assim tão rapidamente, mas percebemos porquê; nós vivemos uma vida acelerada (e por isso até já há aí uns abaixo-assinados, como o "slow works, slow foods", e eu há 3 dias até assinei o "slow science"). Por isso decidimos: vamos fazer tudo calmamente; portanto as pessoas que nos responderam mais tarde, se calhar tinham a sua razão, tiveram que pensar tranquilamente no assunto. Mas nem por isso a qualidade das suas intervenções foi menor... Provavelmente essas é que pensaram convenientemente no que vinham fazer.

Finalmente agradeço a todos os que participaram na Organização e particularmente aos nossos jovens da Comissão de Apoio que foram incansáveis, mas fizeram com que eu e o Domingos tivéssemos aqui dois dias muito descontraídos porque tomaram conta de toda a logística, da recepção, da passagem dos microfones; etc. Este grupo também dá uma imagem da Faculdade pois que são todos estudantes daqui da Faculdade de Letras, quer de licenciatura, de mestrado ou de doutoramento, sendo, por outro lado, fulcral o envolvimento de uma Escola neste tipo de eventos.

Agradeço também o apoio dado pela Faculdade de Letras particularmente através do seu Gabinete de Eventos, Comunicação e Imagem.

E, finalmente umas palavras especiais de gratidão ao Professor Ramón Fábregas e ao Dr. Manuel João Abrunhosa, pela paciência, e também pela disponibilidade com que acederam a vir para algo que já sabiam um pouco o que era; mas vir para o Porto numa época de chuva, com tanto que fazer (nós todos temos muito que fazer...), merece da nossa parte um reconhecimento particular.

Portanto, este encontro foi feito acima de tudo com a boa vontade de todos nós . Que essa boa vontade vos tenha sido útil e também venha a ser frutuosa a quem leia os nossos trabalhos e neles se inspire um pouco para os continuar porque todos nós queremos deixar algo para o posteridade, não passar por aqui sem deixar nada. Afinal todos os arqueólogos têm um pouco essa missão.

Gratulo-me com a participação activa nos debates e informo que este encontro vai ter actas em papel. Vamos esforçar-nos por conseguir meios para tal. Simplesmente como ainda não estudamos o formato da publicação, não podemos desde já comunicar as normas, etc. Mas dentro de duas semanas, mais ou menos, daremos as indicações necessárias porque nem que fosse só pelos debates valia a pena publicar. Infelizmente, e como acabaram de ver, tivemos este problema em que o microfone avariou e, embora tenham tentado pô-lo operacional de imediato, creio que algumas intervenções podem ter-se perdido ou ficado incompletas. Pedimos desde já as nossas desculpas aos intervenientes que poderão ver o seu uso da palavra incompleto

Em nome do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, da Faculdade de Letras do Porto e do Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, que tem aqui na Mesa o seu presidente, o Professor Domingos Cruz, dou por encerrada esta mesa-redonda.